



**COOPERALIANÇA**  
Energia para o Desenvolvimento

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2011

## ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	6	4.1 Construção de redes.....	21
CARTA DO PRESIDENTE .....	7	4.2 Serviços executados – instalações de transformadores .....	22
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	8	4.3 Subestação Rincão .....	22
1.1 Ambiente macroeconômico.....	8	4.4 Loteamentos e Melhorias.....	23
1.2 Ambiente Regulatório.....	8	4.5 Vitorias nas Unidades consumidoras .....	23
1.3 Tarifas de Energia.....	10	4.6 Iluminação Pública .....	23
1.4 Investimento Remunerável .....	10	4.7 Plantão 24 horas .....	23
2 DESEMPENHO OPERACIONAL .....	11	4.8 Aferições de medidores.....	23
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	11	4.9 Análise de Projetos Elétricos .....	23
2.2 Ligações de Consumidores.....	11	4.10 Balanço Energético - Janeiro/2011 a Dezembro/2011.....	23
2.3 Comportamento do mercado .....	12	4.11 Conclusão .....	23
2.4 Distribuição direta por classe de consumo.....	12	5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2012.....	24
2.5 Receita .....	13	5.1 Suprimento de Energia.....	24
2.6 Tarifas .....	14	5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica .....	24
2.7 Qualidade do fornecimento.....	14	5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores. ....	24
2.8 Tecnologia da informação.....	15	5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão.....	24
2.9 Novos negócios.....	15	5.4 Aquisição de Equipamentos.....	25
2.10 Desempenho econômico-financeiro .....	15	6 AUDITORES INDEPENDENTES.....	26
2.11 Investimentos .....	16	7 AGRADECIMENTOS .....	27
2.12 Valor adicionado .....	16	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	28
2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras .....	16	Balanço Patrimonial - Ativo.....	28
2.14 Composição das quotas do capital social.....	16	Balanço Patrimonial - Passivo.....	29
2.15 Comportamento do preço das quotas... ..	16	Demonstração do Resultado.....	30
2.16 Atendimento aos associados e consumidores.....	17	Demonstração do Resultado.....	31
3 GESTÃO .....	18	Demonstração do resultado Abrangente.....	32
3.1 Planejamento Empresarial.....	18	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	33
3.2 Recursos Humanos.....	18	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	34
3.3 Responsabilidade Social.....	18	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	35
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	18	NOTAS EXPLICATIVAS .....	36
3.5 Concessionária em números .....	18	1 CONTEXTO OPERACIONAL .....	36
3.5.1 Atendimento.....	18	2 DA CONCESSÃO .....	36
3.5.2 Mercado .....	19		
3.5.3 Dados Operacionais .....	19		
3.5.4 Dados Financeiros .....	19		
3.5.5 Indicadores de Desempenho.....	19		
3.6 Área de concessão .....	20		
4 – Desempenhos Comerciais .....	21		

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36	27 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIENCIA ENERGÉTICA .....	51
4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	36	28 OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	51
5 DISPONIBILIDADES .....	41	29 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	51
5.1 Numerário em Trânsito .....	41	30 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS .....	51
6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO ....	41	30.1 Fiscais.....	52
7 CONSUMIDORES .....	41	30.2 Trabalhistas.....	52
8 RENDAS A RECEBER .....	42	31 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS .....	52
9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	43	32 PATRIMONIO LÍQUIDO.....	52
10 OUTROS CRÉDITOS .....	43	32.1 Capital social .....	52
11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS .....	43	32.2 Reservas de capital.....	53
12 ESTOQUE .....	44	32.3 Ajuste de avaliação patrimonial.....	53
13 SERVIÇOS EM CURSO.....	44	32.4 Reserva de sobras .....	53
14 PREMIO DE SEGUROS .....	44	33 RECEITA OPERACIONAL.....	54
15 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA PARCELA “A” E ATIVO REGULATORIO .....	44	33.1 Fornecimento energia elétrica.....	54
16 ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO).....	45	33.2 Uso do sistema de distribuição .....	54
17 DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	46	33.3 Receita de construção.....	54
18 INVESTIMENTOS.....	46	33.4 Arrendamentos e aluguéis .....	54
19 INTANGIVEL.....	46	33.5 Serviço e outras receitas.....	55
19.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....	48	34 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	55
20 FORNECEDORES.....	48	34.1 Impostos .....	55
21 FOLHA DE PAGAMENTO.....	49	34.2 Encargos do Consumidor.....	55
22 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	49	35 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.....	55
23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	49	36 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO .....	55
23.1 CIRCULANTE .....	49	37 DESPESAS OPERACIONAIS .....	56
23.2 NÃO CIRCULANTE .....	50	38 RESULTADO FINANCEIRO .....	56
24 CREDORES DIVERSOS .....	50	39 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	56
25 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	50	40 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS .....	57
26 ENCARGOS DO CONSUMIDOR.....	51	41 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	57
		42 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	57

43 SEGUROS .....	57	[5] INTANGÍVEL .....	69
44 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*) .....	57	[6] PASSIVOS REGULATÓRIOS .....	71
45 FATORES DE RISCO.....	58	[7] RESERVAS DE SOBRAS .....	71
46 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	58	[8] REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA REGULATÓRIA.....	71
47 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	58	[9] RECEITA DE CONSTRUÇÃO.....	71
PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	59	[10] BAIXA DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	72
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	60	[11] RESULTADO NÃO OPERACIONAL .....	72
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	61	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....	73
Balanço Patrimonial Regulatório e Societário - Ativo.....	61	BALANÇO SOCIAL – 2011.....	73
Balanço Patrimonial Regulatório e Societário - Passivo.....	61	ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE.....	73
Demonstração do Resultado - Regulatório e Societário.....	62	PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE.....	73
Demonstração do Resultado Segregado.....	64	FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO ....	73
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO IMOBILIZADO.....	65	PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D.....	74
NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	67	PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE.....	74
[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS .....	67	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2011.....	76
[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE .....	67	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2011.....	77
[3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO).....	68	EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....	78
[4] IMOBILIZADO .....	68	ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL .....	80
		PARTICIPAÇÕES.....	83



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ASSOCIADOS,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a administração da Cooperativa Aliança submete a apreciação, relatório das principais atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Em conjunto, as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao mesmo período de 2010, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e Auditores Independentes, acrescida do Balanço Social. Também apresentamos as demonstrações contábeis regulatórias na forma proposta pelo poder concedente (Aneel) para atender as normas do setor elétrico brasileiro. Demonstração do fluxo de caixa e Demonstração do valor Adicionado – DVA, instrumentos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança à sociedade, associados e consumidores. Assim como a Ata da Assembléia Geral Ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2011.

## CARTA DO PRESIDENTE

**Caro associado,**

A Cooperaliança se mantém firme em sua missão: muito além de levar energia elétrica aos mais distantes pontos de nossa região, nossa cooperativa procura fazer isso da melhor maneira possível, com qualidade nos serviços e, sobretudo, com a consciência de que está contribuindo para o desenvolvimento humano e social de cada um dos lares atendidos. Os bons resultados de satisfação no atendimento e nos serviços prestados aos nossos consumidores deixam claro que, ao longo desse quase meio século, a Cooperaliança tornou-se mais que uma empresa: tornou-se uma parceira. Não foi sorte ou acaso. Foi muito trabalho e muito suor de um corpo técnico e gerencial altamente qualificado e ciente de suas responsabilidades.

As necessidades energéticas decorrentes da instalação de novas empresas dentro da área de concessão da Cooperaliança impulsionou um avanço de 3,39% na venda de MWH em relação ao exercício de 2010. Números finais que atingiram significativos 162.853 MWH.

Em 2011, o melhor desempenho em relação ao consumo foi o da Classe Comercial, com crescimento de 8,12%, seguido da Classe Residencial, que alcançou 6,95%. A Classe Industrial registrou crescimento de 5,92%.

Foram aplicados mais de R\$ 3,8 milhões entre adequações nas instalações prediais, desenvolvimento profissional dos colaboradores e na construção/implantação do Bay (de conexão em 69 KV, que permitiu o início das operações na Subestação Rincão Cooperaliança – o maior investimento já realizado na história da empresa. Esse investimento garantirá a manutenção da qualidade dos serviços de abastecimento – e o conseqüente crescimento da região – pelos próximos 30 anos.

Desde de 2009, a Cooperaliança vem mantendo a certificação ISO 9001/2008, referente à Gestão de Qualidade, os trabalhos para manter os padrões mais altos de eficiência não pararam: Com a recertificação na Gestão de Qualidade realizada em 2011.

Em agosto de 2011 a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autorizou o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) da Cooperaliança. Com as novas tarifas em vigor, os consumidores de energia em Alta Tensão (AT) tiveram um impacto médio na tarifa de 1,45%. Os que dependem da energia em Baixa Tensão (BT) o efeito foi de 4,50%.

A participação da Cooperaliança em ações desenvolvidas em todos os municípios de sua área de concessão e que deixam claro o comprometimento social da empresa. Do mesmo modo, as atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável são apresentadas no Relatório Anual de Gestão Socioambiental.

O foco dos trabalhos realizados pela Cooperaliança – da diretoria ao corpo operacional – continua sendo a busca incessante de melhores condições sociais e de fornecimento de energia elétrica com qualidade aos seus consumidores. Desse modo, estamos certos de que cumprimos nossa missão: promover o desenvolvimento.

# 1 CONJUNTURA ECONÔMICA

## 1.1 Ambiente macroeconômico

No ano de 2011, o Brasil manteve a expansão com média taxa de crescimento de sua economia e redução das taxas de juros e desemprego, o que colaborou com quase todas as áreas econômicas.

Na área de atuação da concessionária (distribuição de energia), os efeitos macroeconômicos não foram diferentes e apresentaram crescimento moderado, com um índice de 3,39%, que era o esperado para o ano de 2011 em comparação a outros setores da economia.

## 1.2 Ambiente Regulatório

As principais ocorrências no âmbito regulatório estão citadas a seguir:

### **Decreto lei nº 7.520 de 08/07/2011 publicado em 11/07/2011.**

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.

### **Decreto lei nº 7.583 de 13/10/2011 publicado em 13/10/2011.**

Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, e dá outras providências.

### **Decreto lei nº 7.656 de 23/12/2011 publicado em 26/12/2011.**

Altera o decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.

### **Resolução normativa nº 426 de 15/02/2011, publicada em 24/02/2011.**

Prorroga os prazos estabelecidos nos incisos I e II do art. 221 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.

### **Resolução normativa nº 431 de 29/03/2011, publicada em 30/03/2011.**

Altera os arts. 146 e 223 e revoga o parágrafo 2º do art. 9º e o parágrafo 3º do art. 110 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010; e revoga a Resolução Normativa ANEEL 407 de 27.07.2010.

### **Resolução normativa nº 432 de 12/04/2011, publicada em 12/04/2011.**

Aprova a revisão 3 do Módulo 3, acesso ao sistema de distribuição, dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

### **Resolução normativa nº 433 de 12/04/2011 publicado em 15/04/2011.**

Estabelece os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a título provisório, até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

### **Resolução normativa nº 436 de 24/05/2011 publicado em 01/06/2011.**

Prorroga os prazos estabelecidos no art. 218, parágrafo 6º, inciso II e no art. 221, incisos I e II, da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.

### **Resolução normativa nº 444 de 30/08/2011 publicado em 06/09/2011.**

Aprova a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

**Resolução normativa nº 448 de 06/09/2011 publicado em 20/09/2011.**

Altera a redação dos incisos II a V e insere o inciso VI no art. 224 da Resolução Normativa 414 de 09.09.2010.

**Resolução normativa nº 465 de 22/11/2011 publicado em 01/12/2011.**

Aprova a Revisão 3 do Módulo 2, a Revisão 4 do Módulo 6 e a Revisão 2 do Módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; bem como altera art. 4º da Resolução Normativa ANEEL 395 de 15.12.2009.

**Resolução normativa nº 469 de 13/12/2011 publicado em 26/12/2011.**

Aprova a Revisão 4 dos Módulos 1 e 8 e a Revisão 5 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST.

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.

**Resolução normativa nº 470 de 13/12/2011 publicado em 22/12/2011.**

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 396 de 23/02/2010 publicado em 08/03/2010.**

“Institui a contabilidade regulatória, e passa o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a finalidade das práticas e orientações contábeis, às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica; e revoga todas as demais disposições em contrário”.

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.183, DE 02 DE AGOSTO DE 2011.**

“Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, estabelece a receita anual das instalações de conexão, homologa as tarifas de suprimento aplicáveis à Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA, Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda – IENERGIA, Empresa Força e Luz João Cesa Ltda – JOÃO CESA e Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda – EFLUL, e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, referentes à Celesc Distribuição S.A”.

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.187, DE 02 DE AGOSTO DE 2011.**

“Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, referentes à Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA”.

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.134, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.**

“Estabelece os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, para os conjuntos de unidades consumidoras da área de concessão da Cooperativa Aliança - COOPERALIANÇA, para o período 2011-2013”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 367, DE 02 DE JUNHO DE 2009.**

Aprova o manual de controle patrimonial do setor elétrico – MCPSE e dá outras providências.

### 1.3 Tarifas de Energia

As tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de IRT (Índice de Reajuste Tarifário), do ano de 2011. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 3,20% sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período de vigência de 14 de agosto de 2011 à 13 de agosto de 2012. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória N° 1.187/2011.

### 1.4 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almojarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela "B" da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possui fins lucrativos.

*Capítulo II  
Das Sociedades Cooperativas.*

*Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.*

Sustentada na lei cooperativista, a cooperativa não tem fins lucrativos e isso determinou a exclusão da base de remuneração do patrimônio líquido, que representa o capital próprio para fins de remuneração de investimentos.

## 2 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1 Distribuição de energia elétrica

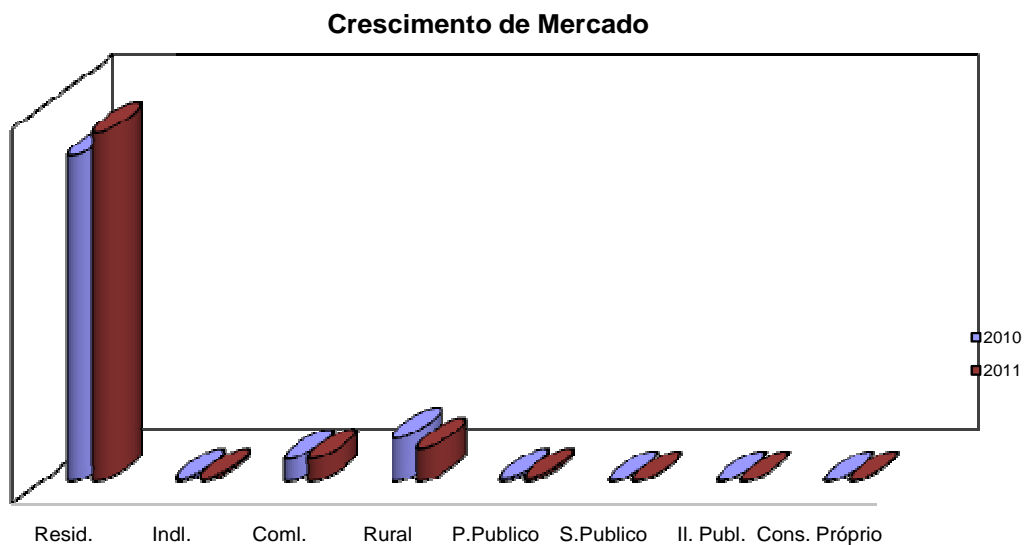
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em 04 dos 293 municípios do Estado, atendendo 32.803 consumidores cativos, instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

A meta da administração, substanciada em seu planejamento estratégico, é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo, assim, o lado social do grupo de associados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas módicas e reduzidas. Desta forma, viabilizar a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais.

### 2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2011 apresentou um crescimento de 3,34% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2011	2010	%
Residencial	27.930	26.092	7,04
Industrial	201	194	3,61
Comercial	1.808	1.772	2,03
Rural	2.613	3.437	(23,97)
Poder público	230	224	2,68
Iluminação pública	04	04	0,00
Serviço público	09	13	(30,77)
Consumo próprio	08	08	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>32.803</b>	<b>31.744</b>	<b>3,34</b>



## 2.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, e aponta para uma perspectiva de crescimento de demanda resultante da previsão de crescimento nacional, e possível recuperação da crise econômica mundial que apresentara efeitos no ano de 2012, desta forma, promovendo o desenvolvimento social.

## 2.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, no ano 2011 foi de 162.853 MWH, registrando um crescimento de 3,39% em relação a 2010.

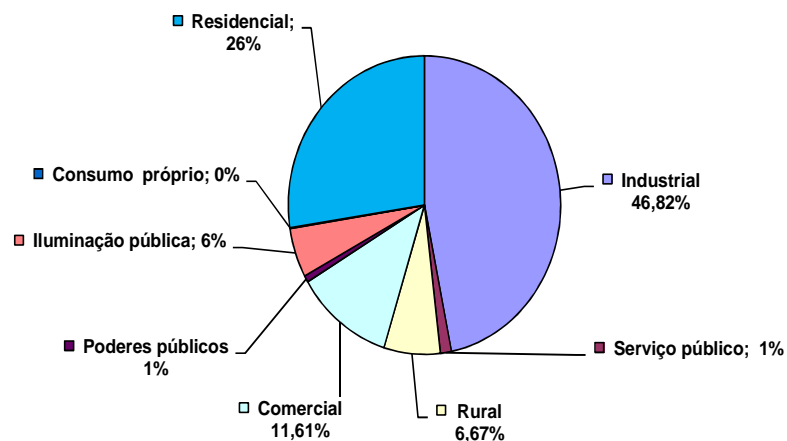
Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a classe Consumo Próprio, Comercial e Residencial.

A classe Consumo Próprio com incremento de 8,94% em relação a 2010. A classe Comercial contribuiu com o aumento de 8,12%, acompanhada da classe Residencial com 6,95% em relação a 2010, resultante da implantação de novos empreendimentos das mais variadas atividades. A Classe Rural teve um a redução de (22,14)% devido ao recadastramento deste consumidores.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2011	2010	%
Residencial	44.654	41.752	6,95
Industrial	76.254	71.993	5,92
Comercial	18.903	17.484	8,12
Rural	10.862	13.951	(22,14)
Poderes Públicos	1.169	1.109	5,41
Serviços Públicos	2.148	2.055	4,52
Iluminação Pública	8.729	9.045	3,49
Consumo Próprio	134	123	8,94
<b>TOTAL</b>	<b>162.853</b>	<b>157.512</b>	<b>3,39</b>

### CONSUMO POR CLASSE

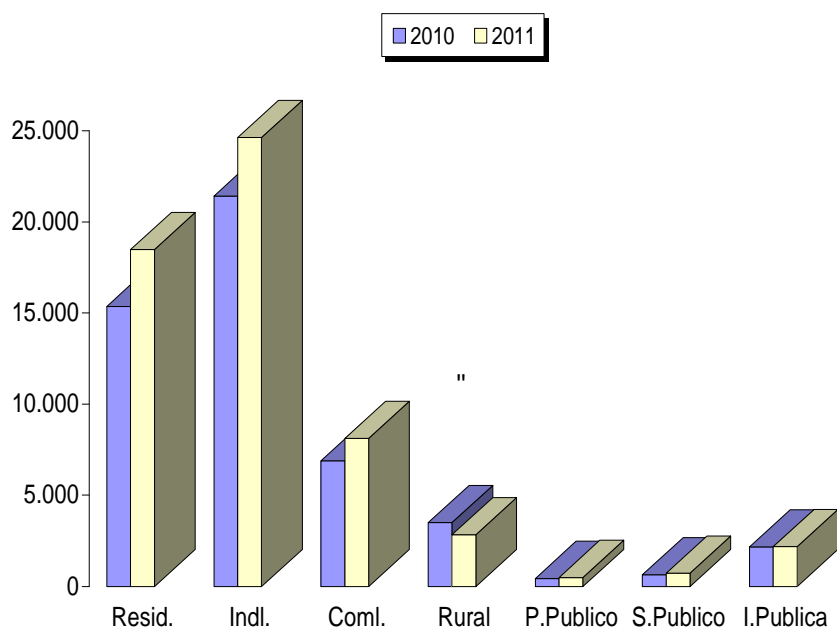


## 2.5 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 47.157 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2011	2010	%
Residencial	18.492	15.372	20,30
Industrial	24.632	21.414	15,03
Comercial	8.124	6.899	17,76
Rural	2.833	3.495	(18,94)
Poderes públicos	497	433	14,78
Iluminação pública	2.179	2.175	0,18
Serviço público	718	641	12,01
Consumo próprio	-	-	-
Compensação baixa renda	-	718	(100,00)
Passivo regulatório Res. 243	-	-	-
Renda não faturada	243	951	(74,45)
<b>Sub-Total</b>	<b>57.718</b>	<b>52.098</b>	<b>10,79</b>
Serviços	530	743	(28,67)
Arrendamentos e aluguéis	426	475	(10,32)
Receita de construção	6.155	-	100,00
Conta de receita da "parcela A" - CVA	-	382	(100,00)
<b>Sub-total</b>	<b>64.829</b>	<b>53.698</b>	<b>20,73</b>
ICMS	(12.416)	(11.095)	11,91
PIS/COFINS	(265)	(241)	9,96
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(4.991)	(3.701)	34,86
<b>TOTAL</b>	<b>47.157</b>	<b>38.661</b>	<b>21,98</b>

### RECEITA LÍQUIDA



## 2.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro, foi de R\$ 258,58 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2011	2010
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	347,07	317,72
Industrial	241,84	226,80
Comercial	322,97	303,64
Rural	217,93	206,57
Poder público	349,21	326,68
Serviço público	251,15	239,41
Iluminação pública	187,31	183,12
Consumo próprio	151,18	274,47
<b>MÉDIA</b>	<b>258,58</b>	<b>259,80</b>

Composição da tarifa	Resid.	Incl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
<b>Impostos</b>	<b>71,21</b>	<b>79,96</b>	<b>108,87</b>	<b>43,93</b>	<b>82,83</b>	<b>62,44</b>	<b>81,95</b>
PIS	0,70	0,02	0,34	0,16	1,15	0,00	0,03
COFINS	3,30	0,09	1,57	0,75	5,33	0,00	0,16
ICMS	67,21	79,85	106,96	43,02	76,35	62,44	81,76
<b>Taxas</b>	<b>30,25</b>	<b>30,25</b>	<b>30,25</b>	<b>30,25</b>	<b>30,25</b>	<b>30,25</b>	<b>30,25</b>
Fiscalização	0,46	0,46	0,46	0,46	0,46	0,46	0,46
CCC	15,08	15,08	15,08	15,08	15,08	15,08	15,08
RGR	2,64	2,64	2,64	2,64	2,64	2,64	2,64
CDE	9,56	9,56	9,56	9,56	9,56	9,56	9,56
PEE/P&D	2,51	2,51	2,51	2,51	2,51	2,51	2,51
<b>Total custo/despesas</b>	<b>316,82</b>	<b>211,59</b>	<b>292,72</b>	<b>187,68</b>	<b>318,96</b>	<b>157,06</b>	<b>372,08</b>
Custo da energia comprada	160,02	160,02	160,02	160,02	160,02	150,02	160,02
Despesas de pessoal	34,32	34,32	34,32	-	34,32	-	34,32
Outras despesas operacionais	122,48	17,25	98,38	27,66	124,62	7,04	177,74
<b>Tarifa bruta concessionária. (*)</b>	<b>418,28</b>	<b>321,80</b>	<b>431,84</b>	<b>261,86</b>	<b>432,04</b>	<b>249,75</b>	<b>484,28</b>

(\*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

## 2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	4,02	2,75	3,89	2,94	0,31	0,44
Jaguaruna	0,00	8,47	0,00	6,20	0,00	0,36
Sangão	0,00	10,78	0,00	7,77	0,00	0,72
Ararangua	0,00	10,15	0,00	8,54	0,00	1,35

Em 2011 foram unificados os conjuntos de Jaguaruna, Ararangua e Sangão, sendo agora somente o conjunto de Içara.

## 2.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infra-estrutura).

No ano de 2011, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de tecnologia da informação foram:

- Aquisição do servidor agencia virtual.
- Aquisição de 04 (quatro) Switch gerenciável.
- Instalação nobreak e reestruturação do COD.
- Início do estudo para implantação da fatura instantânea.
- Implantação do sistema de controle de frotas.
- Implantado o sistema de escrituração fiscal digital.

## 2.9 Novos negócios

No que diz respeito ao ramo empresarial em que atua, a principal meta da Cooperaliança é garantir que os consumidores recebam energia elétrica de qualidade. É por isso que a empresa preza, em todas as suas atividades, aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de produtos e serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

Uma prova disso foi a energização da subestação S.E. Rincão realizado em 2011 no qual garantira o fornecimento de energia elétrica para os seus associados e consumidores pelos próximos 30 anos.

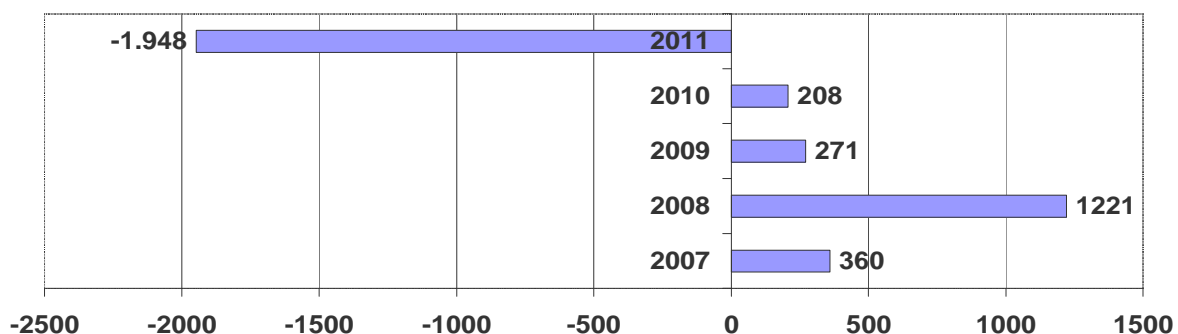
## 2.10 Desempenho econômico-financeiro

Em 2011, a perda do exercício foi de R\$ (1.948) mil, ocorrida pela mudança das bases no CPC – Estrutura conceitual para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluído no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efeitos incorridos, antes reconhecidos como ativos e passivos regulatórios não são mais reconhecidos no balanço patrimonial. Como conseqüência, os saldos destes ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPCs foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência, o que resultou no valor de R\$ (1.134) mil.

Além disso, a empresa socorreu-se de capital de terceiro para ajustar o fluxo de caixa em razão de inadimplência e conseqüência de recuperação judicial de 02 (dois) de seus maiores consumidores de alta tensão, cujos valores até o fechamento do balanço ainda não haviam sido quitados, o que gerou custos financeiros apontados no balanço patrimonial de 2011.

Assim, excluídos os valores dos ativos e passivos regulatórios no valor de R\$ (1.134) mil, a perda da entidade seria de R\$ 814 mil, que representa 1,26% da receita operacional do exercício.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



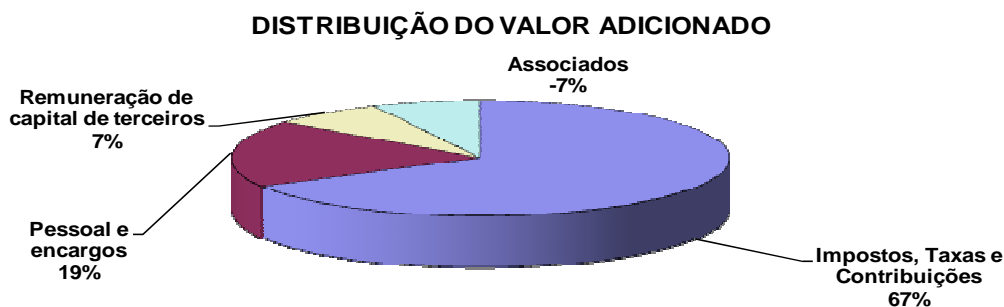
## 2.11 Investimentos

Em 2011, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 3.811 mil, 72,15% inferiores em relação a 2010, conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2011	2010	%
Obras de Distribuição	3.811	13.686	(72,15)
<b>TOTAL</b>	<b>3.811</b>	<b>13.686</b>	<b>(72,15)</b>

## 2.12 Valor adicionado

Em 2011, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 23.723 mil, representando 36,59% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



## 2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

## 2.14 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da concessionária era de R\$ 1.278 milhões, composto por 1.278.313 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	Números de Associados	Capital Social
Total de associados em Dez/2010	32.663	1.212
Total de associados em Dez/2011	33.414	1.278

## 2.15 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de outubro de 2010.

## **2.16 Atendimento aos associados e consumidores**

Primando pela filosofia de manter-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a concessionária coloca à disposição os serviços de atendimento, instalados na Rua Ipiranga, 333 – Içara – SC, na Avenida Leoberto Leal 126 - Balneário Rincão - Distrito do município de Içara – SC e na Estrada Geral, s/n, Olho d'água - Jaguaruna - SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também 24 horas, todos os dias da semana, pelo telefone 0800-484040, via sistema Discagem Direta Gratuita (DDG). Através desse sistema é possível sanar dúvidas sobre faturamento, tarifas e solicitar serviços.

Em sua página na internet ([www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br)) é possível ter acesso às informações de cadastro e consumo, bem como, solicitação de serviços não emergenciais.

### 3 GESTÃO

#### 3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo traçar linhas a serem seguidas. Com ele é possível prever mudanças e antecipar-se diante dos concorrentes e das ameaças internas, para assim aproveitar as oportunidades e obter o sucesso da organização.

#### 3.2 Recursos Humanos

Em 2011 a concessionária investiu R\$ 100 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológica e gerencial, e oferecer aos mesmos oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

#### 3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional comprometimento com o meio ambiente.

#### 3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais. A realização de obras da subestação e rede de distribuição em 69 KV foram devidamente licenciadas por órgãos ambientais, vinculando ainda imóvel de sua propriedade junto a FUNDAI para garantir compensação ambiental pelas obras mencionadas.

#### 3.5 Concessionária em números

##### 3.5.1 Atendimento

	2011	2010	%
Número de consumidores	32.803	31.744	3,34
Número de empregados	86	113	(23,89)
Número de consumidores por empregado	381	281	35,69
Número de postos de atendimento	04	03	33,33

### 3.5.2 Mercado

	2011	2010	%
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	569,21	569,21	0,00
Demanda máxima (MW)	32,635	31,479	3,67
Distribuição direta (MWH)	162.853	157.512	3,39
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,598	1,600	(0,12)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	258,58	259,80	(0,47)
<b>Total (exceto curto prazo)</b>			
Residencial	347,07	317,72	9,24
Industrial	241,84	226,80	6,63
Comercial	322,97	303,64	6,37
Rural	217,93	206,57	5,50
Poder Público	349,21	326,68	6,90
Serviços Públicos	251,15	239,41	4,90
Iluminação Pública	187,31	183,12	2,29
Consumo próprio	151,18	274,47	(44,92)
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,02	2,75	46,18
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	3,89	2,94	32,31

### 3.5.3 Dados Operacionais

	2011	2010	%
Número de subestações	01	01	0,00
Linhas de distribuição (km)	1.487	1.460	1,85
Capacidade instalada (MVA)	86,95	82,25	5,75

### 3.5.4 Dados Financeiros

	2011	2010	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	64.829	53.698	20,73
Receita operacional líquida (R\$ mil)	47.157	38.661	21,98
Margem operacional do serviço líquida (%)	(2,75)	0,21	(1.409)
Sobras líquidas (R\$ mil)	(1.948)	208	(1.036)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	30.381	32.290	(5,91)
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	0,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	94,70	114,24	(17,10)
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

### 3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2011	2010	%
Salário médio dos funcionários em R\$	2.818	2.517	11,96
Energia comprada por funcionário em MWH	1,894	1,394	35,87
Energia comprada por Consumidor em MWH	4,96	4,96	0,00



## 4 – Desempenhos Comerciais

### 4.1 Construção de redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
Mareli	600	330		
Corda Bamba	300	200	200	150
Linha Três Ribeirões	430	210	1.200	500
Balneário Rincão	4.500	1.500	4.000	1.500
Lagoa dos Esteves	1.700	2.900	650	700
Lombas	350		750	
Esplanada	800	1.100		350
Centro		1.500	500	200
Lagoa dos Freitas	3.500	750	1.300	500
Poço 03	350	150	350	350
Boa Vista	750	450	550	
Barracão	300			
Liri	900	350	250	150
Coqueiros	300			
Barra Velha	300	300	300	300
Lagoa do Faxinal		400		
Esperança	300			
Loteamento Jussara			350	
Vila Nova	760	300	750	350
Pedreira	1.750	800		
Nossa Senhora de Fátima			650	
Urussanga Velha	450	350		
4ª Linha	200	200		
Santa Cruz	350		200	
Linha Candioto		600	350	
Jaqueline	470	200	500	
Poço 08	250	150		
2ª Linha		100	500	350
<b>Total</b>	<b>19.310</b>	<b>12.840</b>	<b>13.350</b>	<b>4.400</b>

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
Bal. Esplanada	3.500		3.000	1.000
Torneiro	500	1.200	1.120	250
Arroio da Cruz				
Linha Carióca	250		250	
<b>Total</b>	<b>4.250</b>	<b>1.200</b>	<b>4.370</b>	<b>1.250</b>

Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
Campo do Sangão			700	200
Pontão	350			
Rio Rincão	450		350	
<b>Total</b>	<b>800</b>		<b>1.050</b>	<b>200</b>

Neste período, obtivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 14,04 km de Alta Tensão e 24,36 km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 5,85 km de Alta Tensão e 18,77 km de Baixa Tensão.

## 4.2 Serviços executados – instalações de transformadores

<b>Município de Içara</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados (kVA)</b>	<b>Ampliados (kVA)</b>
Mareli	1-45	
Corda Bamba	1-112 / 2-75	
Linha Três Ribeirões	1-45	
Centro	3-75 / 1-112,5	1-75 p/ 1-112,5
Balneário Rincão	2-75 / 1-45	
Lagoa dos Freitas	3-75 / 1- 45	
Linha Pasqualini		1-75 p/ 1-112,5
Boa Vista	1-30 /1-112,5	
Poço 03	1-45 / 1-300 / 2-112,5	
Barracão	1-45	
Liri	1-45	
Poço 08	1-30 / 1-75	
Vila Nova	2-45 / 1-75	
Urussanga Velha	1-15 / 1-10	
4ª Linha	1-150, 1-75	
Linha Candioto	1-15	
Jaqueline	1-75	
2º Linha	1-300 / 1-30	
Esplanada	2-300 / 1-225	
Pedreira	2-45 / 1-75	
Lagoa dos Esteves	1-45	
Loteamento Jussara	1-150	
Barra Velha	2-75	
<b>Total - Potência</b>	<b>47 transformadores - 4232,5 kva</b>	<b>02 transformadores -75 kva</b>

<b>Município de Jaguaruna</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados</b>	<b>Ampliados</b>
Arroio da Cruz	1-45	
Torneiro	1-45	
Linha Carioca		1-10 p/ 1-75
Balneário Esplanada		3-45 p/ 1-75
<b>Total - Potência</b>	<b>02 transformadores - 90 kva</b>	<b>04 transformadores 155 kva</b>

<b>Município de Sangão</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados</b>	<b>Ampliados</b>
Sangão	2-45	
Rio São Cristóvão	1-25	1-15 p/ 1-45
Rio Rincão	1-25	
Pontão		
<b>Total - Potência</b>	<b>04 transformadores -14 kva</b>	<b>01 transformador – 30 kva</b>

Neste período foram implantadas 52 novas subestações e ampliadas mais 07, totalizando 59 subestações, aumentando em 4.722,5 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

## 4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão foi energizada no mês de dezembro e entrou em operação definitiva, atendendo as regiões litorâneas e proximidades do Bairro Vila Nova as margens da Br 101.

#### **4.4 Loteamentos e Melhorias**

Obras de melhorias nos loteamentos, adequando às novas normas de distribuição de energia elétrica, com divisão de circuitos e ampliação de cargas.

#### **4.5 Vistorias nas Unidades consumidoras**

Realizamos 5.012 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição.

#### **4.6 Iluminação Pública**

A Cooperaliança finalizou os serviços de iluminação pública nos municípios, onde passa a ser realizado pelas prefeituras municipais, sendo que todo serviço de manutenção e ampliação é de responsabilidade do poder público.

#### **4.7 Plantão 24 horas**

Durante o período, a Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 3.780 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica. Também orientou os consumidores nos procedimentos de instalações elétricas em novas unidades consumidoras.

#### **4.8 Aferições de medidores**

Neste período foram aferidos 374 medidores de energia elétrica, referentes aos pedidos de aferições e fiscalizações nas unidades consumidoras, atendo as normas de distribuição de energia elétrica.

#### **4.9 Análise de Projetos Elétricos**

Buscando a padronização nas instalações de entrada de energia elétrica, a Cooperaliança exige o projeto elétrico das instalações. A Área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia no local onde será instalada a unidade consumidora, orientando os consumidores no que for necessário a segurança e a qualidade no fornecimento. Neste período foram analisados 480 projetos, sendo 432 residenciais, 36 comerciais, 08 industriais e 04 loteamentos.

#### **4.10 Balanço Energético - Janeiro/2011 a Dezembro/2011.**

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora, CELESC, um total de 181.002 MWh/ano e distribuiu 162.853 MWh /ano, as perdas somam o montante de 18.149 MWh, totalizando um percentual de 10,03 % .

#### **4.11 Conclusão**

Executamos todos os projetos necessários para o bom desempenho no sistema de distribuição de energia elétrica, colocamos em funcionamentos os principais projetos da Cooperaliança e energizamos a Subestação Rincão, garantindo o fornecimento de energia a todos os consumidores para os próximos anos.

## 5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2012

O crescimento no consumo de energia elétrica vem aumentando a cada ano e para atender a demanda, buscamos alternativas no setor de distribuição de energia, com novos equipamentos e investimentos nas redes de distribuição.

### 5.1 Suprimento de Energia

Atendimento ao mercado de energia elétrica, bem como ao crescimento do sistema de distribuição dentro da área de concessão, contratamos energia juntos a Celesc para os suprimentos dos pontos: Sangão, Içara e Subestação Rincão.

#### 5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por dez alimentadores com tensão nominal de 13,8 kv, sendo cinco provenientes da subestação de Içara (Iça-02, Iça-03, Iça-04, Iça-05, Iça-07), e o sexto alimentador é oriundo da subestação de Jaguaruna (Jva-01).

Com a implantação da Subestação Rincão, foram instalados os seguintes alimentadores da SE Rincão: Rao-01, Rao-02, Rao-03 e Rao-04, passando a operar o sistema de distribuição com dez alimentadores no total.

Com a manutenção preventiva e corretiva nos sistema de distribuição de energia elétrica, é possível garantir o bom funcionamento operacional do sistema elétrico.

### 5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Rao-01	Sanga Funda / Barracão	95	Adequação de novo circuito de Alta tensão
2	Iça-02	Linha Zille / Br 101	80	Adequação Rede de Alta Tensão ao junto ao sistema de transmissão de 69 KV.
3	Iça-03	Bairro Liri / SC 444 até divisa com Criciúma	120	Novo circuito de Alta Tensão.
4	Iça-04	Novo alimentador centro de Içara Bairro Primeiro de Maio.	150	Novo anel do sistema de distribuição para transferência de cargas.
	<b>Total</b>		<b>445</b>	

### 5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	30	Divisão de cargas entre circuitos e recondutoramentos de circuitos e instalações redes multiplexadas	280	Instalações de novos transformadores, para divisão de circuitos. Aumento de carga.
	<b>Total</b>		<b>280</b>	

#### 5.4 Aquisição de Equipamentos

<b>Quantidade</b>	<b>Tipo</b>	<b>Total R\$</b>	<b>Justificativa</b>
50	Transformador	250	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
<b>Total</b>		<b>250</b>	

**TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 975 mil**

## **6 AUDITORES INDEPENDENTES**

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2011, também prestando assessoramento ao Conselho Fiscal em suas reuniões mensais

## 7 AGRADECIMENTOS

O cooperativismo está na raiz do desenvolvimento da sociedade do século XXI. Nem mesmo o mais capaz dos homens poderia realizar qualquer proeza se outros antes dele não houvessem compartilhado seus conhecimentos e construído as bases de seu saber.

O homem é um ser social por natureza. Por isso, a cooperação é tão própria ao homem quanto sua alimentação ou sua educação. A união garante a sustentação, o desenvolvimento e o crescimento de todos. Dar as mãos ao outro significa deixar para trás a insignificância e o individualismo do homem-animal e dar as boas vindas ao homem-social e sábio.

Deste modo, quero agradecer em nome de todos os funcionários da Cooperaliança a cada um de nossos associados e consumidores que, ao longo do ano, confiaram em nosso trabalho e mantiveram aceso ao espírito do cooperativismo em nossa cidade.

Estendo meus agradecimentos também aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, que garantiram a legitimidade e a transparência de nossas ações ao longo do ano, de modo que suas observações foram sempre cruciais para o zelo da empresa enquanto prestadora de serviços públicos.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos os colaboradores da Cooperaliança, que demonstram diariamente a empatia por aquilo que realizam diariamente. O amor e a dedicação com os quais desenvolvem suas atividades é contagiante. Muito obrigado!

Içara - SC, 23 de março de 2011.

Pedro Deonízio Gabriel  
Presidente

Severiano Antônio Valentim  
Secretário

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO  
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2011	2010
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>Notas</b>	<b>11.342</b>	<b>13.531</b>
Numerário disponível	5	44	35
Aplicações no mercado aberto	6	22	20
Numerário em trânsito	5.1	163	436
Consumidores	7	11.017	9.253
Rendas a receber	8	167	124
Tributos a compensar	9	406	262
Outros Créditos	10	547	998
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(1.974)	(1.573)
Estoque	12	53	154
Serviço em curso	13	856	851
Premios de seguros	14	41	23
Ativos Regulatórios	15	0	2.948
		<b>47.811</b>	<b>46.846</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>22.027</b>	<b>23.114</b>
Tributos a compensar	9	224	317
Consumidores	7	816	1.071
Outros Créditos	10	112	112
Ativo Indenizável (concessão)	16	20.865	18.976
Depósitos judiciais	17	10	53
Ativos Regulatórios	15	0	2.585
Investimentos	18	2.146	2.139
Intangível	19	23.703	21.782
Participação financeira do consumidor	19.1	(65)	(189)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>59.153</b>	<b>60.377</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

		<b>Legislação Societária</b>	
		<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>Notas</b>	<b>15.847</b>	<b>12.980</b>
Fornecedores	20	7.055	4.475
Folha de pagamento	21	208	196
Tributos e contribuições sociais	22	1.946	1.499
Empréstimos e financiamentos	23.1	3.648	2.586
Credores diversos	24	361	282
Passivos Regulatórios	15	0	1.814
Obrigações estimadas	25	398	472
Encargos do consumidor a recolher	26	387	282
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	27	1.349	1.245
Outras contas a pagas	28	495	129
		<b>12.925</b>	<b>15.107</b>
<b>Não Circulante</b>			
Tributos e contribuições sociais	22	1.035	0
Empréstimos e financiamentos	23.2	10.495	11.106
Passivo regulatório	15	0	2.585
Provisões para contingências	30	1.395	1.416
		<b>30.381</b>	<b>32.290</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	32.1	1.278	1.212
Reservas de capital	32.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	32.3	9.613	9.613
Reservas de Sobras	32.4	8.350	10.298
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	32.4	4	30
Reserva para geração de energia	32.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	32.4	8.744	8.537
Fundo de expansão da sede social	32.4	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	32.4	0	208
		<b>59.153</b>	<b>60.377</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>59.153</b>	<b>60.377</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	Legislação Societária	
		2011	2010
<b>Receita Operacional</b>		<b>64.829</b>	<b>53.698</b>
Fornecimento de energia elétrica	33.1	34.621	31.756
Uso do sistema de distribuição	33.2	23.097	20.724
Receita de construção	33.3	6.155	0
Arrendamento e aluguéis	33.4	426	475
Serviços	33.5	530	743
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>		<b>17.672</b>	<b>15.037</b>
ICMS	34.1	12.416	11.095
PIS-PASEP	34.1	47	43
COFINS	34.1	218	198
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	34.2	4.991	3.701
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>		<b>47.157</b>	<b>38.661</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>		<b>47.521</b>	<b>37.991</b>
Energia elétrica comprada para revenda	35	24.850	22.466
Encargo de uso do sistema de distribuição	36	4.922	4.713
<b>Custo de operação</b>		<b>17.749</b>	<b>10.812</b>
Pessoal e administradores	37	5.985	5.005
Material		770	1.555
Serviços de terceiros		2.815	2.636
Depreciação e amortização		1.623	1.468
Custo de Construções		6.155	0
Provisões		401	148
<b>( = ) Sobra Bruta</b>		<b>(364)</b>	<b>670</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>		<b>937</b>	<b>587</b>
Despesas com vendas		21	7
Despesas gerais e administrativas		633	437
Outras despesas operacionais		283	143
<b>( = ) Resultado do serviço</b>		<b>(1.301)</b>	<b>83</b>
<b>(+/-) Receita (despesa/financeira)</b>		<b>(647)</b>	<b>353</b>
Receita financeira	38	1.367	1.405
Despesa financeira	38	2.014	1.052
<b>( = ) Resultado operacional</b>		<b>(1.948)</b>	<b>436</b>
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>		<b>(1.948)</b>	<b>436</b>
( - ) Contribuição Social		0	0
( - ) Imposto de renda		0	0
<b>( = ) Sobras do exercício</b>		<b>(1.948)</b>	<b>436</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
<b>Receita Operacional</b>	<b>56.839</b>	<b>7.990</b>	<b>64.829</b>
Fornecimento de energia elétrica	30.559	4.062	34.621
Uso do sistema de distribuição	20.389	2.708	23.097
Receita de construção	5.432	723	6.155
Arrendamento e aluguéis	0	426	426
Serviços e outras receitas	459	71	530
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>	<b>15.262</b>	<b>2.410</b>	<b>17.672</b>
ICMS	10.886	1.530	12.416
PIS-PASEP	0	47	47
COFINS	0	218	218
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	4.376	615	4.991
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>	<b>41.577</b>	<b>5.580</b>	<b>47.157</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>41.664</b>	<b>5.857</b>	<b>47.521</b>
Energia elétrica comprada para revenda	21.788	3.062	24.850
Encargo de uso do sistema de distribuição	4.315	607	4.922
<b>Custo de operação</b>	<b>15.561</b>	<b>2.188</b>	<b>17.749</b>
Pessoal e administradores	5.247	738	5.985
Material	675	95	770
Serviços de terceiros	2.468	347	2.815
Depreciação e amortização	1.423	200	1.623
Custo de Construção	5.396	759	6.155
Provisões	352	49	401
<b>( = ) Sobra Bruta</b>	<b>(87)</b>	<b>(277)</b>	<b>(364)</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>	<b>821</b>	<b>116</b>	<b>937</b>
Despesas com vendas	18	3	21
Despesas gerais e administrativas	555	78	633
Outras despesas operacionais	248	35	283
<b>( = ) Resultado do serviço</b>	<b>(908)</b>	<b>(393)</b>	<b>(1.301)</b>
<b>(+/-) Receita (despesa) financeira</b>	<b>(568)</b>	<b>(79)</b>	<b>(647)</b>
Receita financeira	1.198	169	1.367
Despesa financeira	1.766	248	2.014
<b>( = ) Resultado operacional</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(472)</b>	<b>(1.948)</b>
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(472)</b>	<b>(1.948)</b>
( - ) Contribuição Social	0	0	0
( - ) Imposto de renda	0	0	0
<b>( = ) Sobras do exercício</b>	<b>(1.476)</b>	<b>(472)</b>	<b>(1.948)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
<b>RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.948)</b>	<b>436</b>
<b>(+/-) Resultado Abrangentes</b>	<b>1.948</b>	<b>157</b>
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	1.948	157
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>0</b>	<b>593</b>
<b>RESULTADOS COM TERCEIROS</b>	<b>(472)</b>	<b>(157)</b>
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(472)	(157)
<b>Base para Destinações Legais e Estatutárias</b>	<b>0</b>	<b>593</b>
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	0	59
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	0	30
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	0	296
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	0	0
<b>( = ) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>0</b>	<b>208</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro				Saldo à disposição da A.G.O	Total	
				Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos			Fundo de exp. Da sede social
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.134</b>	<b>873</b>		<b>10.396</b>	<b>1.148</b>	<b>48</b>	<b>7.969</b>	<b>371</b>	<b>271</b>	<b>22.210</b>
<b>Capital Social</b>										<b>0</b>
Integralização das Sobras										
Integralização de quotas		82								82
Capital a integralizar		(4)								(4)
<b>Realização de reservas e fundos</b>						(48)				<b>(48)</b>
<b>Aumento de reservas</b>							271		(271)	<b>0</b>
<b>Resultado do exercício (Associados)</b>									208	<b>208</b>
<b>Resultado do exercício (Não associados)</b>				(157)						<b>(157)</b>
<b>Destinações estatutárias</b>										<b>0</b>
Fundo de reserva				59						59
FATES						30				30
Fundo exp e manut Sist distr.							296			296
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>			1.911							
<b>Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)</b>			7.702							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.212</b>	<b>873</b>	<b>9.613</b>	<b>10.298</b>	<b>1.148</b>	<b>30</b>	<b>8.536</b>	<b>371</b>	<b>208</b>	<b>32.289</b>
<b>Capital Social</b>										<b>0</b>
Integralização das Sobras										0
Integralização de quotas		38								38
Capital a integralizar		28								28
Integralização de reservas/fundos										0
<b>Realização de reservas e fundos</b>						(26)				<b>(26)</b>
<b>Aumento de reservas</b>							208		(208)	<b>0</b>
<b>Resultado do exercício (Associados)</b>				(472)						<b>(472)</b>
<b>Resultado do exercício (Não associados)</b>				(1.476)						<b>(1.476)</b>
<b>Destinações estatutárias</b>										<b>0</b>
Fundo de reserva										0
FATES										0
Fundo exp e manut Sist de distr.										0
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>										
<b>Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)</b>										
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>										<b>0</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.278</b>	<b>873</b>	<b>9.613</b>	<b>8.350</b>	<b>1.148</b>	<b>4</b>	<b>8.744</b>	<b>371</b>	<b>0</b>	<b>30.381</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2011	2010
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>(1.948)</b>	<b>436</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>	<b>2.024</b>	<b>1.632</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	401	164
Depreciação e amortização	1.623	1.468
<b>Resultado ajustado do exercício</b>	<b>76</b>	<b>2.068</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>4.459</b>	<b>(2.276)</b>
Consumidores	(1.509)	(678)
Ativo regulatório	5.533	(571)
Rendas a receber	(43)	(8)
Tributos a compensar	(51)	(63)
Devedores diversos	0	12
Outros créditos	451	(418)
Estoques	101	(32)
Premios de seguros	(18)	(23)
Serviço em curso	(5)	(495)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(20.712)</b>	<b>(444)</b>
Fornecedores	2.580	550
Passivo regulatório	(4.399)	(87)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	12	143
Tributos e contribuição sociais	1.482	(167)
Credores diversos	79	(959)
Obrigações estimadas	(74)	58
Encargos do consumidor a recolher	105	68
Outras contas a pagar	366	143
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	104	0
Provisão para contingências	(21)	(182)
Depósitos judiciais	43	0
Ativo indenizável (concessão)	(20.865)	0
Participação financeira do consumidor	(124)	(11)
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>(16.177)</b>	<b>(652)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aumento nos investimentos	(7)	(1.924)
Aplicações no imobilizado	31.432	(15.165)
Aplicações no intangível	(23.703)	10
<b>Total das atividades de investimento</b>	<b>7.722</b>	<b>(17.079)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital pelos sócios	66	78
Reservas de capital	(26)	(48)
Ajuste de avaliação patrimonial	7.702	1.911
Empréstimos e financiamentos	451	13.692
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>8.193</b>	<b>15.633</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(262)</b>	<b>(2.098)</b>
Saldo inicial de disponibilidades	491	2.589
Saldo final de disponibilidades	229	491
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(262)</b>	<b>(2.098)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de  
2011 e 2010**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Receitas</b>	<b>64.428</b>	<b>53.550</b>
Venda de energia e serviços	34.621	31.756
Uso do sistema de distribuição	23.097	20.724
Receitas de Construção	6.155	0
Locação de Postes	426	475
Serviços e Outras Receitas	530	743
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(401)	(148)
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>40.449</b>	<b>31.957</b>
Insumos consumidos	29.772	27.179
Serviços de terceiros	2.815	2.636
Materiais	770	1.555
Custos de Construção	6.155	0
Outras receitas	937	587
<b>( = ) Valor adicionado bruto</b>	<b>23.979</b>	<b>21.593</b>
<b>( - ) Quotas de reintegração</b>	<b>1.623</b>	<b>1.468</b>
Depreciação, amortização e exaustão	1.623	1.468
<b>( = ) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>22.356</b>	<b>20.125</b>
<b>( + ) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.367</b>	<b>1.405</b>
Receitas financeiras	1.367	1.405
<b>( = ) Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>23.723</b>	<b>21.530</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>23.723</b>	<b>21.530</b>
<b>Pessoal</b>	<b>5.202</b>	<b>4.379</b>
Remuneração direta	3.778	3.281
Auxílio alimentação	267	257
Assistência médica/plano de saúde	215	174
Encargos sociais exceto INSS	726	510
Outros	216	157
<b>Governo</b>	<b>18.455</b>	<b>15.663</b>
<b>Federal</b>	<b>6.039</b>	<b>4.568</b>
INSS (folha de pagamento)	783	626
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
PIS/COFINS	265	241
Encargos do consumidor	4.991	3.701
<b>Estadual</b>	<b>12.416</b>	<b>11.095</b>
ICMS	12.416	11.095
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>2.014</b>	<b>1.052</b>
Outras despesas financeiras	2.014	1.052
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(1.948)</b>	<b>436</b>
Sobra do exercício	(1.948)	436
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>276</b>	<b>191</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS

### Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, com o objetivo principal a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

#### 2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002, firmado com o poder concedente por prazo de 20 anos, com validade até o dia 07 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 32.803 consumidores. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

#### 3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando mantidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### 4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### A) ADOÇÃO INICIAL DA LEI Nº 11.638/07 E 11.941/09

##### ICPC 01 E OCPC 05 – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade e aplicabilidade das alterações das normas contábeis. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

Legislação societária		
31/12/2010		
	Publicado	Reclassificado
<b>ATIVO</b>		
<b>Não Circulante</b>		
Ativo indenizado (Concessão) (a)	-	18.976
Imobilizado (a)	33.023	
Intangível (a)	32	21.782
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Ajustes de avaliação patrimonial (a)	-	9.613

(a) Para fins de adoção inicial do ICPC 01 (IFRIC 12), foram ajustados e reclassificados para o período de 2010, os valores anteriormente classificados como ativo imobilizado, para Ativo indenizado e Intangível. Desta forma, os saldos dos respectivos ativos foram calculados de forma retroativa para fins de comparabilidade entre as demonstrações financeiras.

A contrapartida dos ajustes foram registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, obedecendo os CPC's 38, 39 e 40 (Instrumentos Financeiros), assim não afetando o resultado do período. No entanto, o total do Ativo e Passivo ficaram assim representados:

Legislação societária		
31/12/2010		
	Publicado	Adoção ICPC 01
<b>Total do Ativo</b>	<b>52.674</b>	<b>60.377</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>52.674-</b>	<b>60.377</b>

### **CPC - ESTRUTURA CONCEITUAL**

As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com esse Pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com esse Pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPCs foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

#### **B) CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Compostos por valores em espécie e depósitos bancários, disponíveis.

#### **C) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

#### **D) CONSUMIDORES A RECEBER**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe

residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

#### **E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

#### **F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

#### **G) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS**

Os efeitos econômicos e financeiros produzidos pela alteração de cálculo da TE e da TUSD da CELESC para a COOPERALIANÇA sobre as tarifas da revisão de 2006, decorrentes da Resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, resultaram no valor de R\$ 4,86 milhões.

Visando a modicidade tarifária, ocorreu o deferimento do passivo total em cinco parcelas anuais de R\$ 972 mil Reais, sendo sua primeira parcela no reajuste de 2007, conforme estabelecido no Artigo 2º da Resolução homologatória nº 428 de 06 de fevereiro de 2007, atualizados pelo IGP-M, que no exercício de 2007, foi cobrado o montante de R\$ 972 mil. De fevereiro de 2008 a janeiro de 2009, R\$ 1,05 milhões e de fevereiro de 2009 a julho de 2009, R\$ 526 mil.

O saldo remanescente foi submetido ao processo de revisão tarifária em 14/08/2009, no qual a cobrança deste valor foi suspensa até que ANEEL possa fazer uma melhor análise desta cobrança.

Como consequência da aplicação do CPC Estrutura Conceitual (*Nota 04 –A*), os saldos de ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

#### **H) INVESTIMENTOS**

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas, de crédito, de prestação serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertencem a atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 01/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

#### **I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

## **J) INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

## **K) TAXAS REGULAMENTARES**

### *a) Reserva Global de Reversão (RGR)*

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

### *b) Conta Consumo de Combustível (CCC)*

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

### *c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)*

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

### *d) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### *e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### *f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS*

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

## L) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

### b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## M) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

### ***Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento***

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

### ***Instrumentos financeiros disponíveis para venda***

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

### ***Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

### **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

### **N) APURAÇÃO DO RESULTADO**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

### **O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

## **5 DISPONIBILIDADES**

<b>Legislação societária</b>		
<b>Numerário Disponível</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Caixa	10	3
Bancos	34	32
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>35</b>

### **5.1 Numerário em Trânsito**

<b>Legislação societária</b>		
<b>Numerário em Trânsito</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Numerário	163	436
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>436</b>

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convenio de cobrança.

## **6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

<b>Legislação societária</b>					
<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Bradesco S/A	Fundos	36 meses	CDI a.m	11	10
C. E. Federal	Poupança	30 dias	0,50 am	-	1
Banco Itaú S/A	Renda fixa	30 dias	25% CDI a.m	11	3
Banco Santander	Aplicação	30 dias	CDI a.m	-	6
<b>TOTAL</b>				<b>22</b>	<b>20</b>

## **7 CONSUMIDORES**

<b>Legislação societária</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Consumidores		
Faturados	32.803	31.744
<b>TOTAL</b>	<b>32.803</b>	<b>31.744</b>

### a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2011	2010	2011	2010
Residencial	1.672	637	272	2.581	431	381	2.150	1.755
Industrial	1.952	926	1.685	4.563	1.074	855	3.489	2.584
Comercial	800	188	125	1.113	183	164	930	856
Rural	536	161	99	796	106	88	690	1.092
Poder público	45	5	6	56	4	3	52	47
Iluminação pública	179	54	93	326	75	59	251	35
Serviço público	63	-	-	63	-	-	63	58
Renda não faturada	835	-	-	835	-	-	835	592
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>6.082</b>	<b>1.971</b>	<b>2.280</b>	<b>10.333</b>	<b>1.873</b>	<b>1.550</b>	<b>8.460</b>	<b>7.019</b>
Serviço taxado	18	19	12	49	-	-	49	23
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	166	35	422	623	-	-	623	649
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>6.266</b>	<b>2.025</b>	<b>2.726</b>	<b>11.017</b>	<b>1.873</b>	<b>1.550</b>	<b>9.144</b>	<b>7.703</b>
Parcelamentos	816	-	-	816	-	-	817	1.071
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>816</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>816</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>817</b>	<b>1.071</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

### b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2002.

A concessionária mantém a contabilização em classe própria porem não recebe subvenção da CDE para complementação tarifária sendo esta perda recuperada como financeiro na revisão tarifaria que será realizada no terceiro ciclo em 14/08/2013.

## 8 RENDAS A RECEBER

Outras Rendas	Legislação Societária	
	2011	2010
Multas p/ atraso	86	70
Tarifa de correio	7	6
Acréscimo moratório	57	48
Atualização monetária	11	-
Renda de serviço de arrecadação	6	-
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>124</b>

## 9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

### Circulante

	Legislação societária	
	2011	2010
ICMS sobre o ativo imobilizado	170	181
ICMS (faturas cancelados)	174	-
Saldo negativo de CSLL	9	7
IRRF	43	41
Saldo negativo de IRPJ	10	33
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>262</b>

### Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação societária	
	2011	2010
ICMS sobre ativo imobilizado	224	317
<b>TOTAL</b>	<b>224</b>	<b>317</b>

## 10 OUTROS CRÉDITOS

### a) Circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Empregados	55	55
Serviços prestados a terceiros	182	449
Equipamentos em poder de terceiros	52	22
Cheques em cobrança	76	108
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	123	233
Outros	59	131
<b>TOTAL</b>	<b>547</b>	<b>998</b>

### b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Capitalização – Banco Bradesco S/A	100	100
Empregados	12	12
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>112</b>

## 11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação societária	
	2011	2010
Provisão para devedores duvidosos	1.974	1.573
<b>TOTAL</b>	<b>1.974</b>	<b>1.573</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução ANEEL nº. 444, de 26/10/2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;  
 Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e  
 Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

## 12 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2011	2010
Almoxarifado em serviço	35	89
Adiantamento a fornecedores	19	65
Desativação em curso	(1)	
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>154</b>

## 13 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2011	2010
<b>Serviços prestados a terceiros</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	183	76
Programa de Eficiência Energética – PEE	301	271
Projeto Subestação	-	307
Serviços prestados a terceiros	339	197
Implantação da resolução 367/2009	33	-
<b>TOTAL</b>	<b>856</b>	<b>851</b>

## 14 PREMIOS DE SEGUROS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Seguros de equipamentos	25	23
Seguros de prédios	2	-
Seguros de veículos	14	-
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>23</b>

## 15 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA PARCELA “A” E ATIVO REGULATORIO

Ativo	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	-	-	-	1.805	2.585	4.390
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.805</b>	<b>2.585</b>	<b>4.390</b>

Passivo	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	-	-	-	1.805	2.585	4.390
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.805</b>	<b>2.585</b>	<b>4.390</b>

	Legislação Societária	
	2011	2010
<b>Pagamentos Antecipados - Ativo</b>		
CVA - CCC	-	357
CVA - CDE	-	57
CVA - PROINFA	-	28
CVA – Compra de energia	-	701
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1.143</b>

Compensação de Variação - Passivo	Legislação Societária	
	2011	2010
CVA - CCC	-	9
CVA - CDE	-	-
CVA - PROINFA	-	-
CVA – Compra de energia	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>9</b>

Valores relativos às variações positivas dos ativos regulatórios da conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A, a ser recuperado no reajuste ou na revisão tarifária.

Com a regulamentação das demonstrações financeiras regulatórias em 2011, os respectivos valores de ativos e passivos regulatórios foram estornados para fins de apuração do balanço societário (*CPC – Estrutura Conceitual – Nota 04 A*).

## 16 ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os saldos referentes à Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

	Custo Histórico	
	2011	2010
	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Distribuição</b>	<b>16.888</b>	<b>15.359</b>
Máquinas e equipamentos	16.843	15.318
Veículos	37	33
Móveis e utensílios	8	8
<b>Comercialização</b>	<b>1.201</b>	<b>1.093</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	318	289
Máquinas e equipamentos	840	765
Móveis e utensílios	43	39
<b>Administração</b>	<b>2.776</b>	<b>2.524</b>
Licença de software	4	4
Terrenos	2.132	1.938
Edificações, obras civis e benfeitorias	427	388
Máquinas e equipamentos	63	57
Móveis e utensílios	150	137
<b>TOTAL</b>	<b>20.865</b>	<b>18.976</b>

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Aliança, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Concessionária é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos

bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

## 17 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Trabalhistas	10	53
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>53</b>

## 18 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2011	2010
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	7	7
Unicred	2	1
Acicred	16	10
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	158	158
Ajuste de avaliação patrimonial	1.858	1.858
<b>TOTAL</b>	<b>2.146</b>	<b>2.139</b>

## 19 INTANGIVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2011	2010
			Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
<b>Distribuição</b>	<b>25.285</b>	<b>(19.077)</b>	<b>6.208</b>	<b>7.828</b>
Licença de software	3	(2)	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial	2	-	2	2
Máquinas e equipamentos	13.716	(9.404)	4.312	5.792
Ajuste de avaliação patrimonial	10.036	(8.650)	1.386	1.386
Veículos	1.311	(914)	397	533
Ajuste de avaliação patrimonial	200	(98)	102	102
Móveis e utensílios	31	(21)	10	14
Ajuste de avaliação patrimonial	(14)	12	(2)	(2)
<b>Comercialização</b>	<b>1.025</b>	<b>(651)</b>	<b>374</b>	<b>554</b>
Licença de software	6	(4)	2	3
Ajuste de avaliação patrimonial	5	-	5	5
Edificações	90	(58)	32	43
Ajuste de avaliação patrimonial	159	(117)	42	42
Máquinas e equipamentos	1.450	(992)	458	615

Continua

### Conclusão

Ajuste de avaliação patrimonial	(728)	532	(196)	(196)
Móveis e utensílios	48	(17)	31	42
Ajuste de avaliação patrimonial	(5)	5	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.878</b>	<b>(1.413)</b>	<b>465</b>	<b>543</b>
Licença de software	136	(114)	22	30
Ajuste de avaliação patrimonial	110	14	124	124
Terrenos	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Edificações	320	(241)	79	106
Ajuste de avaliação patrimonial	684	(607)	77	77
Máquinas e equipamentos	159	(112)	47	63
Ajuste de avaliação patrimonial	62	(90)	(28)	(28)
Veículos	72	(46)	26	35
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(12)	4	4
Móveis e utensílios	136	(83)	53	71
Ajuste de avaliação patrimonial	183	(122)	61	61
Em curso	<b>16.656</b>	-	<b>16.656</b>	<b>12.857</b>
Distribuição	16.231	-	16.231	12.590
Comercialização	-	-	-	-
Administração	425	-	425	267
<b>TOTAL</b>	<b>44.844</b>	<b>(21.141)</b>	<b>23.703</b>	<b>21.782</b>

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria ANEEL nº 815 de 30/11/1994 e resolução ANEEL nº 44 de 1.999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Distribuição</b>	
Banco de capacitores (sistema de distribuição)	6,7
Chave de distribuição	6,7
Condutor do sistema de distribuição	5,0
Equipamento geral	10,0
Estrutura do sistema	5,0
Medidor	4,0
Regulador de tensão	4,8
Religador	4,3
Transformador	5,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Comercialização</b>	
Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos	10,0
Móveis e utensílios	10,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Administração</b>	
Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos	10,0
Veículos	20,0
Móveis e utensílios	10,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Ao ativo imobilizado foram aplicados os efeitos determinados pelo capítulo 1 da resolução normativa nº 396/2010.

## 19.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifária da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2011	2010
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	231	27	207	189
Ajuste de avaliação patrimonial	(139)	-	(139)	
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	<b>27</b>	<b>65</b>	<b>189</b>

## 20 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2011	2010
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	5.511	3.420
Materiais e serviços	1.544	1.055
<b>TOTAL</b>	<b>7.055</b>	<b>4.475</b>

## 21 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2011	2010
Diretores	7	-
Empregados	128	141
Contribuição social	25	28
Pensões Judiciais descontadas	3	3
Sindicato	1	1
IRRF	20	23
Convênios/repasses descontados dos funcionários	24	-
<b>TOTAL</b>	<b>208</b>	<b>196</b>

## 22 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2011	2010
<b>Circulante</b>		
ICMS normal	1.192	1.041
ICMS parcelamentos	591	285
Imposto de renda	3	4
PIS a recolher	5	5
COFINS a recolher	21	24
ISS – imposto sobre serviço	10	11
INSS empresa	53	61
INSS autônomos	12	11
FGTS	30	34
INSS prestadores de serviços	14	16
PIS	5	5
Contribuição social	-	2
Outros	10	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.946</b>	<b>1.499</b>

	Legislação Societária	
	2011	2010
<b>Não Circulante</b>		
ICMS parcelamentos	1.035	-

## 23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 23.1 CIRCULANTE

CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2011	2010
Bradesco S/A	4277590	2	1,45% a.m	14/01/2011	-	362
Bradesco S/A	3671635	2	1,45% a.m	08/02/2011		235
Bradesco S/A	5342003	3	1,68% a.m	01/08/2013	625	-
Caixa Econômica Federal	8678	1	1,8% a.m + TR	22/12/2012	168	251
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m+cdi	20/09/2014	336	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	120	8
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.398	653
Banco do Brasil S/A (W1)					-	59

Continua

### Conclusão

Banco Itaú (W1)			<b>7,25% a.m</b>		786	
HSBC Bank Brasil S/A					-	4
ACICRED Associação de Credito (W1)						506
Bradesco S/A (W1)			<b>1,95 % a.m</b>		215	508
<b>TOTAL</b>					<b>3.648</b>	<b>2.586</b>

## 23.2 NÃO CIRCULANTE

NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2011	2010
Caixa Econômica Federal	8678	1	1,8% a.m + TR	22/12/2012	-	178
Bradesco S/A	5342003	3	1,68% a.m	01/08/2013	492	-
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m+cdi	20/09/2014	583	-
Banco Reg. Desenv. Ext. BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	1.321	1.420
Banco Reg. Desenv. Ext. BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	8.099	9.508
<b>TOTAL</b>					<b>10.495</b>	<b>11.106</b>

### Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M <sup>2</sup>	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

## 24 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Consumidores	290	230
Empregados	-	20
Outros créditos	71	32
<b>TOTAL</b>	<b>361</b>	<b>282</b>

## 25 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Tributos e contribuições sociais	111	130
Folha de pagamento	287	342
<b>TOTAL</b>	<b>398</b>	<b>472</b>

## 26 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2011	2010
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	134	116
Quota de reserva global de reversão – RGR	59	-
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	194	166
Proinfra	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>387</b>	<b>282</b>

## 27 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIENCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2011	2010
Pesquisa e desenvolvimento - FNDCT	14	14
Pesquisa e desenvolvimento - MME	7	7
Pesq. E desenv. Recursos em poder da empresa	462	352
Programa de eficiência energética	866	872
<b>TOTAL</b>	<b>1.349</b>	<b>1.245</b>

## 28 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2011	2010
Encargos tarifários	48	48
Convênios	8	7
Taxa de fiscalização	6	-
Cosip	401	43
Encargo ex-isolados	22	21
Outras	10	10
<b>TOTAL</b>	<b>495</b>	<b>129</b>

## 29 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando conseqüente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

## 30 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2011	Valor da Provisão		2010
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>Fiscais</b>						
Cofins		1.064				
Pis		231			1.064	
<b>Subtotal</b>		<b>1.295</b>			<b>231</b>	

Contingência	Valor da Provisão		2011	Valor da Provisão		2010
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>Trabalhistas</b>					<b>1.295</b>	
Ações		100	10			53
<b>Subtotal</b>		<b>100</b>	<b>10</b>		100	<b>53</b>
<b>Regulatórias</b>					<b>100</b>	
Outras	(21)	-		(182)	21	
<b>Subtotal</b>	<b>(21)</b>	-		(182)	21	
<b>TOTAL</b>	<b>(21)</b>	<b>1.395</b>	<b>10</b>	<b>(182)</b>	<b>1.416</b>	<b>53</b>

### 30.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

### 30.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1,6 milhões.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 100 mil Reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

## 31 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS

Em razão do déficit apurado no exercício, o valor negativo da apuração contábil foi absorvida pela Reserva Legal de acordo com Art. 52 do estatuto social: **Os prejuízos de cada exercício apurados no balanço serão cobertos pelo fundo de reserva.**

Desta forma não obtendo sobras para deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

## 32 PATRIMONIO LÍQUIDO

### 32.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.278, é constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, varia conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação societária	
	2011	2010
Capital Subscrito	1.310	1.272
(-) Capital a Integralizar	(32)	(60)
<b>TOTAL</b>	<b>1.278</b>	<b>1.212</b>

### 32.2 Reservas de capital

	Legislação societária	
	2011	2010
Correção monetária complementar	873	873
	873	873

### 32.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação societária	
	2011	2010
Ajuste de avaliação patrimonial	9.613	9.613
	9.613	9.613

### 32.4 Reserva de sobras

	Legislação societária	
	2011	2010
Reserva legal	8.350	10.298
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	4	30
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	8.744	8.537
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	-	208
<b>TOTAL</b>	<b>18.617</b>	<b>20.592</b>

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembléia Geral. Nos últimos 10 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício o estatuto social define assim a sua distribuição: “**Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembléia geral.**”

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

### 33 RECEITA OPERACIONAL

#### 33.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação societária	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Consumidores</b>						
Residencial	27.390	26.092	44.654	41.752	11.092	9.033
Industrial	201	194	76.254	71.993	14.775	12.738
Comercial	1.808	1.772	18.903	17.484	4.873	4.075
Rural	2.613	3.437	10.862	13.951	1.699	2.105
Poder público	230	224	1.169	1.109	298	258
Iluminação pública	04	04	8.729	9.045	1.307	1.292
Serviço público	09	13	2.148	2.055	431	378
Consumo próprio	08	08	134	123	-	-
Receitas passivos regulatórios					-	382
Subsidio baixa renda					-	411
Renda não faturada					146	1.084
<b>TOTAL</b>	<b>32.803</b>	<b>31.744</b>	<b>162.853</b>	<b>157.512</b>	<b>34.621</b>	<b>31.756</b>

#### 33.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação societária	
	2011	2010
<b>Consumidores</b>		
Residencial	7.400	6.339
Industrial	9.857	8.676
Comercial	3.251	2.824
Rural	1.134	1.391
Poder público	199	176
Iluminação pública	872	882
Serviço público	287	262
Subsidio baixa renda	-	307
Renda não faturada	97	(133)
<b>TOTAL</b>	<b>23.097</b>	<b>20.724</b>

#### 33.3 Receita de construção

	Legislação societária	
	2011	2010
Receita de construção	6.155	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.155</b>	<b>-</b>

#### 33.4 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação societária	
	2011	2010
Uso de redes compartilhado	426	475
<b>TOTAL</b>	<b>426</b>	<b>475</b>

### 33.5 Serviço e outras receitas

	Legislação societária	
	2011	2010
Serviços Taxados	173	104
Renda da prestação de serviços	356	639
Outras receitas	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>530</b>	<b>743</b>

## 34 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

### 34.1 Impostos

	Legislação societária	
	2011	2010
ICMS	12.416	11.095
PIS-PASEP	47	43
COFINS	218	198
<b>TOTAL</b>	<b>12.681</b>	<b>11.336</b>

### 34.2 Encargos do Consumidor

	Legislação societária	
	2011	2010
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	431	276
Programa de Eficiência Energética - PEE	204	186
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.556	1.388
Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.439	1.585
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	204	186
Encargo Ex-Isolados	157	80
<b>TOTAL</b>	<b>4.991</b>	<b>3.701</b>

## 35 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação societária	
	2011	2010	2011	2010
Celesc Distribuição S/A	181.106	174.719	24.850	22.466

## 36 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação societária	
	2011	2010
Celesc Distribuição S/A	4.922	4.713

## 37 DESPESAS OPERACIONAIS

### Despesas de Pessoal:

	Legislação societária	
	2011	2010
Remunerações (incluídos diretores R\$ 324)	3.555	3.443
Encargos sociais	2.160	1.854
Auxílio alimentação	290	312
Convênio assistencial e outros benefícios	234	211
Roupas profissionais	113	7
Seguros	18	19
Auxílio Transporte	4	6
Capacitação e treinamento	100	149
(-) Transferência para ordens em curso	(489)	(996)
<b>TOTAL</b>	<b>5.985</b>	<b>5.005</b>

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc.

## 38 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação societária	
	2011	2010
Receitas financeiras	1.367	1.405
(-) Despesas financeiras	2.014	1.052
<b>TOTAL</b>	<b>(647)</b>	<b>353</b>
Legislação societária		
	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	4	64
Juros recebidos	74	91
Encargos financeiros sobre energia	706	749
Outras – Receitas financeiras	29	13
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	554	488
<b>TOTAL</b>	<b>1.367</b>	<b>1.405</b>
Legislação societária		
	2011	2010
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	20	17
Outras despesas	120	141
Juros ICMS	36	-
Multa indicadores de continuidade	8	-
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	8	-
Multas moratórias	182	-
Juros Fornecedores	282	-
Atualização Monetária	483	383
Juros sobre financiamentos	282	73
Variação monetárias – Empréstimos	83	39
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	510	399
<b>TOTAL</b>	<b>2014</b>	<b>1.052</b>

## 39 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação societária	
	2011	2010
Associados	56.840	47.032
Não associados	7.990	6.666
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>64.830</b>	<b>53.698</b>

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2011 foi negativo em R\$ (473), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

#### 40 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

#### 41 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Bradesco S/A a todos os colaboradores.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Banco do Brasil no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no decreto nº 95.247/1987..

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ergomedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

#### 42 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

#### 43 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	Varias	1.412
Equipamentos	27/09/2011 a 27/09/2012	1.569
Prédios	05/05/2011 a 05/05/2012	2.500

#### 44 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (\*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

## 45 FATORES DE RISCO

Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** A Cooperativa está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu que lhe é repassada pela supridora. O mecanismo de compensação – CVA protege as empresas de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

**Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da cooperativa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pela sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Fornecida pela supridora Celesc Distribuição S/A que pode, em função de seus contratos de compra, em momentos não possuir disponibilidade para atender o crescimento de demanda da cooperativa.

## 46 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A cooperativa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos, inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar às políticas e procedimentos estabelecidos, a cooperativa utiliza-se de sistema de *software* tendo condições de calcular os riscos dos instrumentos e verificar se estão aderentes às políticas, cabendo correções, se necessário.

**Valorização dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

## 47 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT.

---

**Pedro Deonizio Gabriel**  
*Presidente*

---

**Severiano Antônio Valentim**  
*Secretário*

---

**Daniel Zanolli Vieira**  
*Contador CRC SC.030661/O-7*

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**ATA Nº 58 REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA**, realizada aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2012 (dois mil e doze), para emissão do parecer das demonstrações contábeis e financeiras de dois mil e onze, reuniram-se na sede da cooperativa aliança sito à Rua Ipiranga, 333, no centro de Içara – Santa Catarina, às treze horas, os membros do conselho fiscal efetivos: o coordenador Gelson Possamai, o secretário Olívio Natalício Pereira, e Edu Eduviges de Souza, e os suplentes: João Picollo, Sebastião Geraldo da Silva e Tarcisio Marangoni, para deliberar sobre os seguintes documentos analisados durante o exercício de 2011 (dois mil e onze): Balanço Patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e onze e trinta e um de dezembro do mesmo ano. Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido realizamos exames detalhados dos documentos da cooperativa e trabalhos mensais executados durante o ano de dois mil e onze, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da entidade e ainda reuniões regulares efetuadas até a presente data. No exercício de nossos trabalhos, tomamos conhecimento dos atos praticados pela entidade, com relação ao investimento de conclusão da subestação: Analisamos os seguintes documentos: Contratos de indenizações para passagem da linha de distribuição de 8,5 KM devidamente assinados pelos proprietários e reconhecido em cartório com seus respectivos pagamentos. Também foram analisadas algumas notas fiscais de equipamentos usados na subestação Rincão e no Bay de conexão na SE Içara. Mensalmente foram apresentados relatórios feitos pela auditoria externa Muller Auditores Independentes S.S. contratada para este fim onde foram sugeridas algumas mudanças nos procedimentos internos para se obter melhor controle de estoque e almoxarifado. Considerando em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para 23 (vinte e três) dias do mês Março de 2012 (dois mil e doze), cujo edital de convocação está sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social da cooperativa, este conselho baseado nos relatórios apresentados mensalmente pela auditoria Muller Auditores Independentes S.S. e nos balancetes mensais apresentados nas reuniões pela contabilidade resolve emitir parecer Favorável, no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar, o coordenador do conselho fiscal Gelson Possamai deu por encerrada a reunião da qual eu, Olívio Natalício Pereira, secretário lavrei presente ata que após lida, se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal. Esta ata é cópia fiel do livro de atas do conselho fiscal nº. 04 folhas 2v e 3.

Içara - SC, 23 de março de 2012.

  
GELSON POSSAMAI  
**Coordenador**

  
OLÍVIO NATALÍCIO PEREIRA  
**Secretário**

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

**Diretores, Conselheiros e Associados da  
COOPERATIVA ALIANÇA  
Içara - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das perdas/sobras, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da concessionária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da concessionária. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2011, as perdas/ sobras de suas operações, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma, 09 de março de 2012.

**MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S -  
CRICIÚMA  
CRC/SC-006351/O**

  
**JOSÉ HENRIQUE EYNG  
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8  
CNAI Nº 638**



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**  
 Em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
 (Valores expressos em milhares de reais)

R\$ Mil	Nota de Ajuste	2011			2010		
		Societário	Ajustes Regulatório		Societário	Ajustes Regulatório	
			CPCs			CPCs	
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>64.829</b>	<b>(6.155)</b>	<b>58.674</b>	<b>53.698</b>	<b>0</b>	<b>53.698</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		34.621	0	34.621	31.756	0	31.756
Receita de Construção	[9]	6.155	(6.155)	0	0	0	0
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		23.097	0	23.097	20.724	0	20.724
Outras Receitas Vinculadas		956	0	956	1.218	0	1.218
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		<b>(17.672)</b>	<b>(17)</b>	<b>(17.689)</b>	<b>(15.037)</b>	<b>0</b>	<b>(15.037)</b>
<b>Tributos e Encargos</b>		<b>(12.681)</b>	<b>0</b>	<b>(12.681)</b>	<b>(11.336)</b>	<b>0</b>	<b>(11.336)</b>
Federais		(265)	0	(265)	(241)	0	(241)
Estaduais e Municipais		(12.416)	0	(12.416)	(11.095)	0	(11.095)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(4.991)</b>	<b>(17)</b>	<b>(5.008)</b>	<b>(3.701)</b>	<b>0</b>	<b>(3.701)</b>
Reserva Global de Reversão - RGR		(431)	0	(431)	(276)	0	(276)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(204)	0	(204)	(186)	0	(186)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.556)	0	(1.556)	(1.388)	0	(1.388)
Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	[10]	(2.439)	(17)	(2.456)	(1.585)	0	(1.585)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(204)	0	(204)	(186)	0	(186)
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		(157)	0	(157)	(80)	0	(80)
<b>RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.</b>		<b>47.157</b>	<b>(6.172)</b>	<b>40.985</b>	<b>38.661</b>	<b>0</b>	<b>38.661</b>
<b>CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"</b>		<b>(29.846)</b>	<b>808</b>	<b>(29.038)</b>	<b>(27.246)</b>	<b>0</b>	<b>(27.246)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	[10]	(24.123)	808	(23.315)	(21.718)	0	(21.718)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(727)	0	(727)	(748)	0	(748)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		(4.922)	0	(4.922)	(4.713)	0	(4.713)
Taxa de Fiscalização		(74)	0	(74)	(67)	0	(67)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>17.311</b>	<b>(5.364)</b>	<b>11.947</b>	<b>11.415</b>	<b>0</b>	<b>11.415</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"</b>		<b>(18.612)</b>	<b>6.365</b>	<b>(12.247)</b>	<b>(11.403)</b>	<b>0</b>	<b>(11.403)</b>
Pessoal		(5.661)	0	(5.661)	(4.691)	0	(4.691)
Administradores		(324)	0	(324)	(314)	0	(314)
Serviço de Terceiros		(2.815)	0	(2.815)	(2.636)	0	(2.636)
Material		(770)	0	(770)	(1.555)	0	(1.555)
Arrendamentos e Aluguéis		(23)	0	(23)	(71)	0	(71)
Tributos		(30)	0	(30)	(34)	0	(34)
Seguros		(43)	0	(43)	(38)	0	(38)
Outros	[10]	(772)	210	(562)	(497)	0	(497)
( - ) Recuperação de Despesas		27	0	27	50	0	50
Doações, contribuições e Subvenções		(22)	0	(22)	0	0	0
Provisão Devedores Duvidosos		(719)	0	(719)	(493)	0	(493)
Reversão Provisão Devedores Duvidosos		318	0	318	344	0	344
Provisao - Outras		0	0	0	0	0	0
Depreciação		(1.623)	0	(1.623)	(1.468)	0	(1.468)
Custo de Construções	[9]	(6.155)	6.155	0	0	0	0
Amortização		0	0	0	0	0	0
Despesa da Atividade Não Vinculada		0	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>		<b>(1.301)</b>	<b>1.001</b>	<b>(300)</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>12</b>

Continua

Conclusão

	(647)	(68)	(715)	424	0	424
<b>RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO</b>						
Receita Financeira	1.367	0	1.367	1.405	0	1.405
Despesa Financeira	(2.014)	0	(2.014)	(1.052)	0	(1.052)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	0	0	0	0	0	0
Resultado Não Operacional	[11] 0	(68)	(68)	71	0	71
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL</b>	<b>(1.948)</b>	<b>933</b>	<b>(1.015)</b>	<b>436</b>	<b>0</b>	<b>436</b>
Imposto de Renda	0	0	0	0	0	0
Contribuição Social	0	0	0	0	0	0
Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0	0	0	0	0	0
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	0	0
<b>LUCRO (PREJUÍZO)</b>	<b>[7] (1.948)</b>	<b>933</b>	<b>(1.015)</b>	<b>436</b>	<b>0</b>	<b>436</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

**Demonstração do Resultado do Exercício**  
**Em 31 de dezembro de 2011**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação regulatória					
	Em 31 de dezembro de 2011					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	-	-	<b>23.523</b>	<b>35.151</b>	-	<b>58.674</b>
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	34.621	-	34.621
Receita de disponibilidade da rede elétrica	-	-	23.097	-	-	23.097
Receitas de atividade não vinculadas	-	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas	-	-	426	530	-	956
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	-	-	<b>(10.080)</b>	<b>(7.609)</b>	-	<b>(17.689)</b>
<b>Tributos e encargos</b>	-	-	<b>(5.072)</b>	<b>(7.609)</b>	-	<b>(12.681)</b>
Federais	-	-	(106)	(159)	-	(265)
Estaduais	-	-	(4.966)	(7.450)	-	(12.416)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	-	-	<b>(5.008)</b>	-	-	<b>(5.008)</b>
Reserva legal de reversão - RGR	-	-	(431)	-	-	(431)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	(204)	-	-	(204)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(1.556)	-	-	(1.556)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	-	-	(2.456)	-	-	(2.456)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(204)	-	-	(204)
Outros encargos (CCC adicional)	-	-	(157)	-	-	(157)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	-	-	<b>13.443</b>	<b>27.542</b>	-	<b>40.985</b>
<b>Custos não gerenciáveis – Parcela "A"</b>	-	-	<b>(4.996)</b>	<b>(24.042)</b>	-	<b>(29.038)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	(23.315)	-	(23.315)
Energia comprada para revenda - Proinfra	-	-	-	(727)	-	(727)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	(4.922)	-	-	(4.922)
Taxa de fiscalização	-	-	(74)	-	-	(74)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>	-	-	<b>8.447</b>	<b>3.500</b>	-	<b>11.947</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>	-	-	<b>(9.476)</b>	<b>(2.771)</b>	-	<b>(12.247)</b>
Pessoal	-	-	(4.955)	(706)	-	(5.661)
Administradores	-	-	(324)	-	-	(324)
Material	-	-	(701)	(69)	-	(770)
Serviços de terceiros	-	-	(1.400)	(1.415)	-	(2.815)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(21)	(2)	-	(23)
Tributos	-	-	(30)	-	-	(30)
Seguros	-	-	(43)	-	-	(43)
Outros	-	-	(543)	(19)	-	(562)
Recuperação de despesas	-	-	27	-	-	27
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(22)	-	-	(22)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(641)	-	(641)
Reversão provisão devedores duvidosos	-	-	-	318	-	318
Provisão - Outras	-	-	-	(78)	-	(78)
Depreciação	-	-	(1.464)	(159)	-	(1.623)
Amortização	-	-	-	-	-	-
Despesas das atividades não vinculadas	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO</b>	-	-	<b>(1.029)</b>	<b>729</b>	-	<b>(300)</b>
<b>RESULTADO EXTRA CONCESSÃO</b>	-	-	<b>(651)</b>	<b>4</b>	-	<b>(647)</b>
(+) Receita financeira	-	-	75	1.292	-	1.367
(-) Despesa financeira	-	-	(726)	(1.288)	-	(2.014)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	-	-	<b>(45)</b>	<b>(23)</b>	-	<b>(68)</b>
<b>(=) PERDA/SOBRA ANTES DA IRPJ/CSLL</b>	-	-	<b>(1.725)</b>	<b>710</b>	-	<b>(1.015)</b>
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-	-
<b>(=) PERDAS/SOBRA DO EXERCÍCIO</b>	-	-	<b>(1.725)</b>	<b>710</b>	-	<b>(1.015)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO IMOBILIZADO**  
**De 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Saldo em 31/12/2010	(+) Adições	(-) Baixas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2011
<b>Atividade de Distribuição</b>	<b>29.787</b>	<b>6.056</b>	<b>(2.672)</b>	<b>6.154</b>	<b>39.325</b>
<b>Em serviço</b>	<b>26.242</b>	<b>16.151</b>	<b>(225)</b>	-	<b>42.168</b>
Máquinas e equipamentos	24.861	1.826	(225)	-	26.462
Veículos	1.341	-	-	-	1.341
Móveis e utensílios	40	-	-	-	40
Ajuste de avaliação patrimonial	-	14.325	-	-	14.325
<b>(-) Reintegração Acumulada</b>	<b>(9.046)</b>	<b>(10.095)</b>	<b>66</b>	-	<b>(19.075)</b>
Máquinas e equipamentos	(8.304)	(1.166)	66	-	(9.404)
Veículos	(724)	(190)	-	-	(914)
Móveis e utensílios	(18)	(3)	-	-	(21)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(8.736)	-	-	(8.736)
<b>Em Curso</b>	<b>12.591</b>	-	<b>(2.513)</b>	<b>6.154</b>	<b>16.232</b>
Terrenos	288	-	-	(288)	-
(-) Máquinas e equipamentos	-	-	<b>(2.222)</b>	-	<b>(2.222)</b>
Máquinas e equipamentos	11.362	-	-	6.442	17.804
Estudos e projetos	148	-	-	-	148
Material em depósito	793	-	(291)	-	501
<b>Atividade de Administração</b>	<b>972</b>	<b>2.400</b>	-	<b>146</b>	<b>3.518</b>
<b>Em serviço</b>	<b>1.122</b>	<b>3.284</b>	-	-	<b>4.406</b>
Terrenos	53	-	-	-	53
Edificações, Obras Civas e Benf.	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	233	7	-	-	240
Veículos	72	-	-	-	72
Móveis e utensílios	201	4	-	-	205
Ajuste de avaliação patrimonial	-	3.273	-	-	3.273
<b>(-) Reintegração Acumulada</b>	<b>(417)</b>	<b>(897)</b>	-	-	<b>(1.314)</b>
Edificações, Obras Civas e Benf.	(219)	(23)	-	-	(242)
Máquinas e equipamentos	(98)	(14)	-	-	(112)
Veículos	(32)	(14)	-	-	(46)
Móveis e utensílios	(68)	(15)	-	-	(83)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(831)	-	-	(831)
<b>Em Curso</b>	<b>267</b>	<b>13</b>	-	<b>146</b>	<b>426</b>
Intangíveis	-	13	-	(3)	10
Edificações, Obras Civas e Benf	267	-	-	149	416
<b>Atividade de Comercialização</b>	<b>2.265</b>	<b>324</b>	<b>(1.023)</b>	-	<b>1.566</b>
<b>Em serviço</b>	<b>3.175</b>	<b>63</b>	<b>(1.023)</b>	-	<b>2.215</b>
Edificações, Obras Civas e Benf	226	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	2.907	15	-	-	2.922
Móveis e utensílios	42	48	-	-	90
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.023)	-	(1.023)
<b>(-) Reintegração Acumulada</b>	<b>(910)</b>	<b>261</b>	-	-	<b>(649)</b>
Edificações, Obras Civas e Benf	(49)	(9)	-	-	(58)
Máquinas e equipamentos	(849)	(143)	-	-	(992)
Móveis e utensílios	(12)	(6)	-	-	(18)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	419	-	-	419
<b>TOTAL (1)</b>	<b>33.024</b>	<b>8.780</b>	<b>(3.695)</b>	<b>6.300</b>	<b>44.409</b>

	Saldo em 31/12/2010	(+) Adições	(-) Baixas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2011
<b>OBRIGAÇÕES ESPECIAIS</b>					
<b>Atividade de Distribuição</b>	<b>(189)</b>	<b>124</b>	-	-	<b>(65)</b>
Imobilizado em serviço	(205)	(26)	-	-	(231)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	139	-	-	139
(-) Reintegração acumulada	16	11	-	-	27
<b>TOTAL (2)</b>	<b>(189)</b>	<b>124</b>	-	-	<b>(65)</b>

	Saldo em 31/12/2010	(+) Adições	(-) Baixas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2011
<b>INTANGIVEL</b>					
<b>Atividade de Distribuição</b>	<b>32</b>	<b>128</b>	-	-	<b>160</b>
Licenças de software	142	3	-	-	145
Ajuste de avaliação patrimonial	-	136	-	-	136
(-) Reintegração acumulada	(110)	(11)	-	-	(121)
<b>TOTAL (3)</b>	<b>32</b>	<b>128</b>	-	-	<b>160</b>
<b>TOTAL GERAL (1+2+3)</b>	<b>32.867</b>	<b>9.031</b>	<b>(3.695)</b>	<b>6.300</b>	<b>44.504</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

#### [1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2011	2010	2011	2010
Residencial	1.672	637	272	2.581	431	381	2.150	1.755
Industrial	1.952	926	1.685	4.563	1.074	855	3.489	2.584
Comercial	800	188	125	1.113	183	164	930	856
Rural	536	161	99	796	106	88	690	1.092
Poder público	45	5	6	56	4	3	52	47
Iluminação pública	179	54	93	326	75	59	251	35
Serviço público	63	-	-	63	-	-	63	58
Renda não faturada	835	-	-	835	-	-	835	592
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>6.082</b>	<b>1.971</b>	<b>2.280</b>	<b>10.333</b>	<b>1.873</b>	<b>1.550</b>	<b>8.460</b>	<b>7.019</b>
Serviço taxado	18	19	12	49	-	-	49	23
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	166	35	422	623	101	23	522	626
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>6.266</b>	<b>2.025</b>	<b>2.726</b>	<b>11.017</b>	<b>1.974</b>	<b>1.550</b>	<b>9.043</b>	<b>7.680</b>
Parcelamentos	816	-	-	816	-	-	816	1.071
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>816</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>816</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>816</b>	<b>1.071</b>

#### [2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	950	-	950	1.143	-	1.143
Revisão tarifária	2.015	2.886	4.901	1.805	2.585	4.390
Sobre contratação	-	-	-	-	-	-
Subs. Baixa renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutralidade dos enc. setoriais	-	-	-	-	-	-
Diferenças PLPT	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	41	-	41	23	-	23
<b>TOTAL</b>	<b>3.006</b>	<b>2.886</b>	<b>5.892</b>	<b>2.971</b>	<b>2.585</b>	<b>5.556</b>

Para a elaboração do balanço contábil societário, foram estornados os valores referente aos ativos regulatórios. As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras societárias de acordo com a estrutura conceitual, que, dentre outros, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos,

receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela concessionária, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com o Pronunciamento da Estrutura Conceitual, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPCs foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

### [3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO)

	Custo Histórico	
	2011	2010
	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Distribuição</b>	<b>16.888</b>	<b>15.359</b>
Máquinas e equipamentos	16.843	15.318
Veículos	37	33
Móveis e utensílios	8	8
<b>Comercialização</b>	<b>1.201</b>	<b>1.093</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	318	289
Máquinas e equipamentos	840	765
Móveis e utensílios	43	39
<b>Administração</b>	<b>2.776</b>	<b>2.524</b>
Licença de software	4	4
Terrenos	2.132	1.938
Edificações, obras civis e benfeitorias	427	388
Máquinas e equipamentos	63	57
Móveis e utensílios	150	137
<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.865</b>	<b>18.976</b>

Para fins de adoção inicial do ICPC 01 (IFRIC 12), foram ajustados e reclassificados para o período de 2010, os valores anteriormente classificados como ativo imobilizado, para Ativo indenizado e Intangível. Desta forma, os saldos dos respectivos ativos foram calculados de forma retroativa para fins de comparabilidade entre as demonstrações financeiras.

A contrapartida dos ajustes foram registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, obedecendo os CPC's 38, 39 e 40 (Instrumentos Financeiros), assim não afetando o resultado do período.

### [4] IMOBILIZADO

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2011	2010
			Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço	<b>48.787</b>	<b>(21.036)</b>	<b>27.751</b>	<b>20.165</b>
<b>Distribuição</b>	<b>42.168</b>	<b>(19.076)</b>	<b>23.092</b>	<b>17.195</b>
Máquinas e equipamentos	26.462	(9.404)	17.058	16.557
Ajuste de avaliação patrimonial	14.133	(8.650)	5.483	-
Veículos	1.341	(915)	426	616
Ajuste de avaliação patrimonial	207	(98)	109	-
Móveis e utensílios	40	(21)	19	22
Ajuste de avaliação patrimonial	(15)	12	(3)	-
<b>Comercialização</b>	<b>2.215</b>	<b>(647)</b>	<b>1.568</b>	<b>2.265</b>
Edificações	226	(58)	168	177
Ajuste de avaliação patrimonial	341	(117)	224	-
Máquinas e equipamentos	2.922	(992)	1.930	2.058
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.360)	532	(828)	-

Móveis e utensílios	91	(17)	74	30
Ajuste de avaliação patrimonial	(5)	5	-	-
<b>Administração</b>	<b>4.404</b>	<b>(1.313)</b>	<b>3.091</b>	<b>705</b>
Terrenos	53	-	53	53
Ajuste de avaliação patrimonial	2.079	-	2.079	-
Edificações	563	(241)	322	344
Ajuste de avaliação patrimonial	851	(607)	244	-
Máquinas e equipamentos	239	(112)	127	135
Ajuste de avaliação patrimonial	63	(90)	(27)	-
Veículos	72	(46)	26	40
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(12)	4	-
Móveis e utensílios	204	(83)	121	133
Ajuste de avaliação patrimonial	264	(122)	142	-
<b>Em curso</b>	<b>16.657</b>	-	<b>16.657</b>	<b>12.858</b>
Distribuição	16.231	-	16.231	12.590
Comercialização	-	-	-	-
Administração	426	-	426	268
<b>TOTAL</b>	<b>65.444</b>	<b>(21.036)</b>	<b>44.408</b>	<b>33.023</b>

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2011	2010
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	231	27	204	189
Ajuste de avaliação patrimonial	(139)	-	(139)	-
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	<b>27</b>	<b>65</b>	<b>189</b>

Os valores do Ativo Imobilizado Regulatório não foram afetados pelo ICPC 01. Os ajustes de avaliação patrimonial foram registrados em 2011 de acordo com o laudo de avaliação realizado em maio de 2009.

## [5] INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

### REGULATÓRIO

Descrição	Valor Líquido	
	2011	2010
Licenças de softwares	161	32
	<b>161</b>	<b>32</b>

### SOCIETÁRIO

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2011	2010
			Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
<b>Distribuição</b>	<b>25.285</b>	<b>(19.077)</b>	<b>6.208</b>	<b>7.828</b>
Licença de software	3	(2)	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial	2	-	2	2
Máquinas e equipamentos	13.716	(9.404)	4.312	5.792
Ajuste de avaliação patrimonial	10.036	(8.650)	1.386	1.386
Veículos	1.311	(914)	397	533
Ajuste de avaliação patrimonial	200	(98)	102	102

Móveis e utensílios	31	(21)	10	14
Ajuste de avaliação patrimonial	(14)	12	(2)	(2)
<b>Comercialização</b>	<b>1.025</b>	<b>(651)</b>	<b>374</b>	<b>554</b>
Licença de software	6	(4)	2	3
Ajuste de avaliação patrimonial	5	-	5	5
Edificações	90	(58)	32	43
Ajuste de avaliação patrimonial	159	(117)	42	42
Máquinas e equipamentos	1.450	(992)	458	615
Ajuste de avaliação patrimonial	(728)	532	(196)	(196)
Móveis e utensílios	48	(17)	31	42
Ajuste de avaliação patrimonial	(5)	5	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.878</b>	<b>(1.413)</b>	<b>465</b>	<b>543</b>
Licença de software	136	(114)	22	30
Ajuste de avaliação patrimonial	110	14	124	124
Terrenos	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Edificações	320	(241)	79	106
Ajuste de avaliação patrimonial	684	(607)	77	77
Máquinas e equipamentos	159	(112)	47	63
Ajuste de avaliação patrimonial	62	(90)	(28)	(28)
Veículos	72	(46)	26	35
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(12)	4	4
Móveis e utensílios	136	(83)	53	71
Ajuste de avaliação patrimonial	183	(122)	62	62
Em curso	<b>16.656</b>	-	<b>16.656</b>	<b>12.857</b>
Distribuição	16.231	-	16.231	12.590
Comercialização	-	-	-	-
Administração	425	-	425	267
<b>TOTAL SOCIETÁRIO</b>	<b>44.844</b>	<b>(21.141)</b>	<b>23.703</b>	<b>21.783</b>
Obrigações vinc. a concessão	(92)	27	(65)	(190)
<b>TOTAL</b>	<b>44.752</b>	<b>(21.114)</b>	<b>23.638</b>	<b>21.593</b>

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

## [6] PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	-	-	-	9	-	9
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	-
Desc. TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste Tarifário	2.031	2.886	4.917	1.805	2.585	4.390
Sobre contratação	-	-	-	-	-	-
Sub. baixa renda - ganhos	-	-	-	-	-	-
Neut. dos enc. setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.031</b>	<b>2.886</b>	<b>4.917</b>	<b>1.814</b>	<b>2.585</b>	<b>4.399</b>

## [7] RESERVAS DE SOBRAS

Os ajustes/estornos dos saldos de ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência, conforme comentado na Nota 2.

Desta forma, as sobras societária e regulatória obtiveram resultados diferentes ao final do período de 2011. Conforme segue:

	31/12/2011	
	Balço Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Perdas do exercício	(1.948)	(1.015)
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	-	(933)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.948)</b>	<b>(1.948)</b>

## [8] REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA REGULATÓRIA

A concessionária efetuou em 2011, registro dos valores de ajustes a valor de mercado nas demonstrações regulatórias e societárias. Para efeito de comparabilidade das demonstrações societárias, foram efetuados ajustes nas demonstrações de 2010.

Para as demonstrações regulatórias não foram realizados tais ajustes, o que acabou ocasionando a conciliação no valor de R\$ 7.202 mil reais.

## [9] RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção

(serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## [10] BAIXA DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O ajuste/conciliação no valor líquido de R\$ 933 mil reais refere-se ao estorno dos ativos e passivos regulatórios nos registros contábeis societários, conforme descrito:

Descrição	R\$ mil
Conta de consumo de combustível - CCC	17
Compra de energia elétrica para revenda	(808)
Outras despesas	(142)
<b>TOTAL</b>	<b>(933)</b>

## [11] RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Foram reclassificados para Outras Despesas “615.xx.x.x.99” os valores registrados (R\$ 68 mil reais) como Despesas e Receitas Não Operacionais, em decorrência das novas normas contábeis (Lei 11638/07 e MP 449/08).

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### BALANÇO SOCIAL – 2011

Sabe-se que atualmente as empresas devem conduzir seus negócios de forma que os interesses sociais e ambientais estejam incorporados em seus negócios. Assim, a responsabilidade social vem tornando-se cada vez mais presente nas organizações, norteando as atitudes empresariais no sentido de integrar os interesses das diferentes partes envolvidas (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente).

Neste sentido, a Cooperaliança não se resume apenas a distribuição de energia elétrica de qualidade. Muito mais que gerar riquezas e empregos e recolher impostos, a Cooperaliança entende a importância da responsabilidade social para uma administração moderna e transparente, que prima pela satisfação humana e proporciona um progresso responsável para todos.

Para a Cooperaliança responsabilidade Social, é mais que gestos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É ter compromisso com um conjunto de políticas, programas e ações que não apenas atendam, mas, ultrapassem as exigências legais e éticas no que diz respeito a proteção ambiental e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

Dessa forma apresentamos, em resumo, um retrato das atividades sociais da empresa em 2011, que foram realizadas com ética, transparência, e acima de tudo, com o crescimento baseado na boa prática empresarial.

### ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

### PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

**Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental** - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2011, a concessionária deu continuidade ao programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

**Redes Protegidas ou Linha Verde** - Redes Protegidas, ou Linha Verde, é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 10 Km de rede protegidas.

### FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

**Doações do Fates** – O Estatuto Social da concessionária, em seu art. 46º, obriga a cooperativa constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício com associados e o resultado das operações com não associados em sua totalidade. No exercício de 2010, o valor total foi de R\$ 29.638,60 (vinte e nove mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), que por determinação da Assembléia Geral Ordinária, de 18 de fevereiro de 2011, foram destinados ao Fundo Social e capacitação e treinamentos de funcionários, à disposição do Conselho de Administração para cumprir programas sociais.

## **PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D**

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa anualmente seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, em conformidade com as Leis nº 9.991/2000, nº 10.438/2002, nº 10.848/2004, nº 11.465/2007 e nº 12.212/2010.

A legislação, pertinente ao assunto, determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar 0,2% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 316/2008 da ANEEL, aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e estabelece demais providências relativas ao Programa de P&D.

Um dos objetivos do Programa de P&D é a elaboração de projetos pautados pela busca de inovações, para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica.

Desde o ano de 2010, a Cooperaliança, em parcerias com Cooperativas e Instituições Tecnológicas, está realizando o projeto do Sistema Integrado para Diagnóstico de Falhas Permanentes em Sistemas de Distribuição Urbanos e Rurais, baseado em cálculos elétricos.

A motivação deste projeto de pesquisa e desenvolvimento - P&D é prover uma nova formulação analítica em conjunto com um sistema integrado (hardware+software) para a localização de faltas em sistemas de distribuição urbanos e sistemas de distribuição rurais a partir de medições na subestação de suprimento (ou seja, em somente uma extremidade), considerando as características específicas do sistema de distribuição.

O valor total da participação da Cooperaliança no projeto será de R\$ 340.440,00 (trezentos e quarenta mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).

A Cooperaliança investiu neste projeto, até 31/12/2011, o valor de R\$ 183.369,57 (cento e oitenta e três mil e trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

## **PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE**

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa anualmente seu Programa de Eficiência Energética – PEE, em atendimento à cláusula do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica e as Leis nº 9.991/2000 e nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar 0,5% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em Programas de Eficiência Energética no uso final, ou seja, em projetos executados nas instalações dos consumidores ou que a eles proporcionem benefícios.

A Resolução Normativa nº 300/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece critérios para aplicação de recursos e demais providências relativas ao Programa de Eficiência Energética.

O Manual para Elaboração do Programa de Eficiência Energética é o guia determinativo de procedimentos dirigidos às concessionárias, para elaboração e execução de projetos de eficiência energética regulados pela ANEEL.

Um dos objetivos do PEE é a promoção da utilização racional e consciente da energia elétrica, combatendo o desperdício.

Foi executado em 2011, o Projeto denominado “Eficiência Energética em Comunidades de Baixo Poder Aquisitivo – 2010”, para atendimento de comunidades de baixa renda.

O projeto baseou-se na doação de lâmpadas fluorescentes compactas (LFC's) para substituição de lâmpadas incandescentes de 60W e 100W, sendo que foram distribuídas e instaladas 1.400 unidades de LFC's de 15W e 1.400 unidades de LFC's de 20W, com Selo PROCEL/INMETRO, totalizando 2.800 unidades, beneficiando 700 unidades consumidoras, na doação de refrigeradores (de uma porta) novos e eficientes, em substituição

de refrigeradores velhos ou em péssimo estado de conservação, sendo que foram distribuídos 200 refrigeradores possuidores do Selo PROCEL/INMETRO, categoria “A”, e na conscientização dos consumidores quanto ao uso seguro e racional da energia elétrica, através do repasse de orientações e entrega de folders e cartilhas educativas. Também foram realizadas reformas em 20 padrões de entrada de energia elétrica.

O valor investido, neste projeto do PEE foi de R\$ 302.957,38 (trezentos e dois mil e novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos)

**Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)** - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, em 27 de julho de 2010, a Resolução Normativa nº 407, que estabelece as condições de aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda, conforme determina a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

Atualmente para ter acesso ao desconto na conta de luz, é necessário que a família atenda a um dos seguintes critérios:

- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e com renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  Salário mínimo por pessoa e que possua NIS; ou
- Usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC): Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais amparados por Lei e com renda familiar de até  $\frac{1}{4}$  do Salário mínimo por pessoa com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) / Número do Benefício (NB); ou
- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com portadores de doenças que fazem uso continuado de aparelhos elétricos para preservação da vida com renda familiar de até 3(três) Salários Mínimos, que tenham NIS e obrigatoriamente comprovar o uso continuado de equipamentos; ou
- Índios com Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e NIS, e Quilombolas com NIS.

O desconto é progressivo, diferenciado conforme a faixa de consumo, variando de 10% á 65% até o limite de 220kw/h.

**Programa de estagiários** - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2011 foram contemplados 03 estagiários.

## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2011

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

			2011			2010
			R\$ mil			R\$ mil
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)			47.157			38.661
Sobra Operacional (SO)			(1.301)			83
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			5.985			5.005
			2011			2010
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
<b>Alimentação</b> - Auxílio alimentação e outros	290	4,85	0,61	312	6,23	0,81
<b>Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS</b>	2.160	36,09	4,58	1.854	37,04	4,80
<b>Saúde</b> - Convênio assistencial e outros benefícios	234	3,91	0,50	211	4,22	0,55
<b>Seguro de vida</b>	18	0,30	0,04	19	0,38	0,05
<b>Roupas Profissionais e transporte</b>	117	1,95	0,25	13	0,26	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>2.819</b>	<b>47,10</b>	<b>5,98</b>	<b>2.409</b>	<b>48,13</b>	<b>6,24</b>
			% sobre			% sobre
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Doações e contribuições	66	(5,07)	0,14	58	69,88	0,15
<b>Total de contribuições para a sociedade – ICMS</b>	<b>12.416</b>	<b>(954,34)</b>	<b>26,33</b>	<b>11.095</b>	<b>13.367</b>	<b>28,70</b>
<b>Tributos - excluídos encargos sociais</b>	<b>265</b>	<b>20,37</b>	<b>0,56</b>	<b>241</b>	<b>290,36</b>	<b>0,62</b>
<b>Tributos – PIS</b>	<b>47</b>	<b>(3,61)</b>	<b>0,10</b>	<b>43</b>	<b>51,81</b>	<b>0,11</b>
<b>Tributos – COFINS</b>	<b>218</b>	<b>(16,76)</b>	<b>0,46</b>	<b>198</b>	<b>238,55</b>	<b>0,51</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.747</b>	<b>(979,78)</b>	<b>27,03</b>	<b>11.394</b>	<b>13.727</b>	<b>29,47</b>
			% sobre			% sobre
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	204	(15,68)	0,43	186	224,10	0,48
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	204	(15,68)	0,43	186	224,10	0,48
<b>TOTAL</b>	<b>408</b>	<b>(31,36)</b>	<b>0,86</b>	<b>372</b>	<b>448,20</b>	<b>0,96</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2011

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

	2011	2010
	Em unidades	Em unidades
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>		
<b>Empregados no final do período</b>	86	113
<b>Escolaridade dos empregados</b>		
Superior e extensão universitária	29	40
2º grau	35	48
1º grau	22	40
<b>Faixa etária dos empregados</b>		
Abaixo de 30 anos	20	35
De 30 até 45 anos (exclusive)	34	43
Acima de 45 anos	32	38
<b>Admissões durante o período</b>	02	07
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	16	26
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	6	12
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	17	23
<b>Negros que trabalham na empresa</b>	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
<b>Portadores de deficiência física</b>	2	2
<b>Dependentes</b>	111	141
<b>Estagiários</b>	3	3
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	7.351,71	7.410,48
<b>Acidentes de trabalho</b>	2	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2011 e 2010 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembléia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **23 de março de 2012**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social – às **17:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às **19:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2011**, compreendendo:
  - a) - Relatório da Gestão;
  - b) - Balanço Patrimonial;
  - c) - Demonstrativo das sobras ou das perdas apuradas no exercício **2011**;
  - d) - Rateio das sobras do exercício.
- 2) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal **período 2012**.
- 3) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 4) Plano de Investimentos para o exercício de **2012**.
- 5) Autorização para onerar o imóvel matriculado sob o nº 27.727 a fim de constar a averbação da reserva legal exigida pela FUNDAI em decorrência da passagem da Linha de Distribuição 69 Kv;
- 6) Autorização para receber por escritura pública a transferência da propriedade do imóvel matriculado sob o nº 10.698, tendo em vista a indenização de sua totalidade em decorrência da passagem da Linha de Distribuição 69 Kv;
- 7) Assuntos Gerais.

#### Observações:

- a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui 33.557 associados.
- b) A Assembleia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **24/03/2012** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes do item 2, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **24/03/2012**.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos e do Ginásio de Esportes da referida escola, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às **18:00** horas do dia **13/03/2012**.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados, na sede social, a partir da data de publicação deste edital e através da internet no site [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br).

- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **24/03/2012** não habilitam os associados a exercer direito de voto.
- l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **23/03/2012**, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria.

**Içara, SC, 01 de março de 2012.**



**PEDRO DEONIZIO GABRIEL**  
Presidente

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

CNPJ: 83.647.990/0001-81

NIRE: 42.4.0000375-3

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**, realizada aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de 2.012 (dois mil e doze), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, em terceira e última convocação, às 19:00 (dezenove) horas, com a presença, na abertura da assembleia, de 424 (quatrocentos e vinte e quatro) associados em condições de votar, conforme assinaturas apostas nos livros de presença, cumprindo-se, portanto, o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea "c", do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: O *Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia 23 de março de 2012, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social – às 17:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18:00 horas em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19:00 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2011, compreendendo: a)- Relatório da Gestão; b)- Balanço Patrimonial; c)- Demonstrativo das sobras ou das perdas apuradas no exercício 2011; 2) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal período 2012. 3) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. 4) Plano de Investimentos para o exercício de 2012. 5) Autorização para onerar o imóvel matriculado sob o nº 27.727 a fim de constar a averbação da reserva legal exigida pela FUNDAI em decorrência da passagem da Linha de Distribuição 69 Kv; 6) Autorização para receber por escritura pública a transferência da propriedade do imóvel matriculado sob o nº 10.698, tendo em vista a indenização de sua totalidade em decorrência da passagem da Linha de Distribuição 69 Kv; 7) Assuntos Gerais. Observações: a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui 33.557 associados. b) A Assembleia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia 24/03/2012 (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. c) As eleições constantes do item 2, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia 24/03/2012. d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos e do Ginásio de Esportes da referida escola, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar. e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da COOPERALIANÇA até às 18:00 horas do dia 13/03/2012. f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados, na sede social, a partir da data de publicação deste edital e através da internet no site [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br). h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia 24/03/2012 não habilitam os associados a exercer direito de voto. l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia 23/03/2012, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria. Içara, SC, 01 de março de 2012. Pedro Deonizio Gabriel.*** Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o Presidente Pedro Deonizio Gabriel cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os Srs. Juscelino Dagostim - Vice-Presidente, Severiano Antonio Valentim - Secretário, Gelson Possamai - Coordenador do Conselho Fiscal, Tarcisio Lima - Gerente Administrativo, Gentil Dory da Luz - Prefeito Municipal de Içara, Adilor Guglielmi – Deputado Estadual, Darlan Carpes – Presidente da Câmara Municipal e Valdemar Venturi - Coordenador Geral da FECOERUSC. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta

ata. Pedindo questão de ordem, o associado Giovanni Martins da Silva solicitou que fosse incluída na Ordem do Dia, o que foi aceito, a apreciação sobre o item “b”, do art. 27, do Estatuto, no seguinte teor: *destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas*. Também foram apresentados, exemplar da carta circular expedida aos associados e exemplares dos seguintes jornais, comprovando a divulgação prevista no estatuto social: Diário de Notícias, edição nº 174, de 01/03/2012, pg. 10; Jornal da Manhã, edição nº 8.542, de 01/03/2012, pg. 14; Jornal do Rincão, edição nº 172, de 02/03/2012, pg. 09; A Tribuna, edição de 01/03/2012, pg. 7; Jornal Agora, edição nº 267, de 02/03/2012, pg. 06; Jornal Içarense, edição nº 2.298, de 01/03/2012; Jornal Gazeta, edição nº 442, de 02/03/2012, pg. 18; Folha Regional, edição nº 523, de 02/03/2012, pg. 6. Em seguida, foi feita a leitura do **item** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, o Sr. Gelson Possamai, Coordenador do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas, opinando pela aprovação das contas. Para presidir a votação deste item, a assembléia aprovou o nome do associado Adilor Guglielmi, que, assumindo a presidência da assembléia, colocou em discussão a matéria, tendo havido diversas manifestações de associados, solicitando esclarecimentos, que foram respondidos pelos integrantes da Mesa e técnicos da Cooperaliança. Colocadas em votação, o Presidente em exercício da Assembléia Adilor Guglielmi declarou que as contas do exercício de 2.011 (dois mil e onze), *foram aprovadas pela maioria absoluta dos votantes*. Após, no **item** referente “*destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas*” foi esclarecido e aceito pela assembléia que: *quanto à sobras, foi demonstrado no Balanço de Resultados que não houve sobras, ficando prejudicada a deliberação sobre este assunto; quanto aos prejuízos apurados no exercício de 2.011 (dois mil e onze), também ficou demonstrado no Balanço de Resultados que os prejuízos no montante de R\$ 1.948.054,49 (um milhão, novecentos e quarenta e oito mil, cinqüenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), foram integralmente absorvidos pelo Fundo de Reserva que tinha o saldo de R\$ 10.298.407,32 (dez milhões, duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sete reais e trinta e dois centavos), conforme determina o art. 52 do Estatuto Social, no seguinte teor: Art. 52. Os prejuízos de cada exercício apurados no balanço serão cobertos pelo fundo de reserva. Parágrafo único. Se, porém, o fundo de reserva não for suficiente para cobrir os prejuízos referidos neste artigo, estes serão rateados entre os associados de acordo com o contido no art. 51. Assim também fica prejudicada a deliberação sobre o rateio dos prejuízos, pois foram integralmente absorvidos pelo fundo de reserva; outrossim, quanto ao fundo de reserva e fundo de assistência técnica, educacional e social, deixou-se de provisionar recursos para estes fundos, tendo em vista o resultado negativo do exercício*. Dando-se continuidade à assembléia, foi feita a leitura do **item** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2012 (dois mil e doze). Informou-se à Assembléia que houve a apresentação de quatro chapas com os seguintes membros: **CONSELHO FISCAL EFETIVOS CHAPA 01: Marcos Carlos Petry**, matrícula 27.856; **Paulo Verino da Silva**, matrícula 11.542; **Félix Pizzetti**, matrícula 238; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE CHAPA 01: Gabriel Alcino dos Santos**, matrícula 9.329; **Luiz Octávio Nunes**, matrícula 3.223; **Miguel Estacílio Réus**, matrícula 26.717; **CONSELHO FISCAL EFETIVOS CHAPA 02: Cléber Luiz Oliveira da Silva**, matrícula 20.699; **Claudionor Estácio Rafael**, matrícula 15.824; **Airton Luiz Dal Toé**, matrícula 8.602; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE CHAPA 02: Valentim Martinello**, matrícula 31.009; **Diogo Bitencourt Valvassori**, matrícula 36.367; **Laudir Brogni**, matrícula 24.839; **CONSELHO FISCAL EFETIVOS CHAPA 03: Tarcísio da Luz Alves**, matrícula 34.277; **Santina Baldissera Wusnieski**, matrícula 29.769; **Giovani Martins da Silva**, matrícula 31.139; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE CHAPA 03: Márcio Realdo Toretti**, matrícula 11.668; **Robson Guglielmi**, matrícula 10.500; **Elmes Dias**, matrícula 8.413; **CONSELHO FISCAL EFETIVOS CHAPA 04: Murilo Manoel da Silva Freitas**, matrícula 34.066; **Gilmar de Betio Pereira**, matrícula 20.047; **Sônia Maria Tomé**, matrícula 32.406; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE CHAPA 04: Richard da Rosa da Silva**, matrícula 37.425; **Missael Borges dos Santos**, matrícula 30.817; **Fernando Darolt Milak**, matrícula 37.427. Feita a leitura das chapas, foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 24 de março de 2.012, das 08:00 às 17:00 horas, neste mesmo local, sendo os eleitos empossados após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **item** da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC. Foi apresentada pelo associado Vamilson Manoel Pacheco proposta de fixação dos seguintes valores, que foram aprovados por unanimidade: **(a)** R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinqüenta reais) de pró-labore ao Presidente; **(b)** R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões ordinárias dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC. Em seguida, foi feita a leitura do **item** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.012 (dois mil e

doze). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.011 (dois mil e onze) e que prevê a aplicação de R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais). Esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi lido o **item** da ordem do dia que trata da autorização para onerar imóvel. Colocada em discussão e votação a matéria, foi aprovada por unanimidade a autorização para onerar o imóvel matriculado sob o nº **27.727** a fim de constar a averbação da reserva legal exigida pela FUNDAI em decorrência da passagem da Linha de Distribuição 69 Kv. Em seguida, foi lido o **item** da ordem do dia que trata da autorização para recebimento de escritura pública. Colocada em discussão e votação a matéria, foi aprovada por unanimidade, a autorização para receber por escritura pública a transferência da propriedade do imóvel matriculado sob o nº **10.698**, tendo em vista a indenização de sua totalidade em decorrência da passagem da Linha de Distribuição 69 Kv. Em seguida, foi realizada a leitura do **item** que se refere aos assuntos gerais. Não havendo manifestação, o Presidente agradeceu a presença dos associados e comunicou que a assembléia continuará em aberto até as 17:00 (dezesete) horas do dia 24 (vinte e quatro) de março de 2.012, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 4,962 (quatro mil, novecentos e sessenta e dois) associados e apurou-se o seguinte resultado: (a) CONSELHO FISCAL: CHAPA 01 – 1.959 (um mil, novecentos e cinqüenta e nove) votos; CHAPA 2 – 318 (trezentos e dezoito) votos; CHAPA 3 – 2.540 (dois mil, quinhentos e quarenta) votos; CHAPA 4 – 44 (quarenta e quatro) votos; BRANCOS: 22 (vinte e dois) votos; NULOS – 79 (setenta e nove) votos. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho Fiscal para o período 2.012 os integrantes da CHAPA 03 (três), conforme a seguinte nominata: **CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS: Tarcisio da Luz Alves**, brasileiro, Solteiro, bancário, nascido em 23/08/1979, portador da cédula de identidade n.º 3.866.393, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 025.574.559-11, residente na Rua Antonio Frassetto, nº 364, Bairro Jardim Pinheiro – Içara – SC; **Santina Baldissera Wusnieski**, brasileira, casada com CUB, agricultora, portador da cédula de identidade n.º 504.059, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 398.889.919-49, residente na Rua geral, s/n, Bairro Santa Cruz, – Içara – SC; **Giovani Martins da Silva**, brasileiro, casado com CUB, funcionário público, portador da cédula de identidade n.º 3.715.585, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 025.271.659-07, residente na Oeste, nº 297, Bairro Balneário Rincão, – Içara – SC; **CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTE: Marcio Realdo Toretti**, brasileiro, casado com CUB, funcionário público, portador da cédula de identidade n.º 1.440.481, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 417.326.939-00, residente na rua Carlos Colonetti, nº 82, Bairro Centro, – Içara – SC; **Robson Guglielmi**, brasileiro, casado com CUB, comerciante, portador da cédula de identidade n.º 1.213.252-7, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 444.841.279-20, residente na Rua Antonio Guglielmi, nº 90, Bairro Jardim Elizabeti, – Içara – SC; **Elmes Dias**, brasileiro, casado com CUB, Pedreiro, portador da cédula de identidade n.º 1.521.157, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 376.546.599-20, residente na Rua Benta Candido de Jesus, s/n, Bairro Balneário Rincão, – Içara – SC. Os eleitos para o Conselho Fiscal declaram que: a) “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”, b) “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”; c) “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembléia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembléia. Em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa nº 101/2001, do DNRC, certificamos que estavam presentes na abertura da assembléia realizada às 19:00 horas do dia 23/03/2012, 424 (quatrocentos e vinte e quatro) cooperados e que, no dia 24/03/2012, votaram 4.962 (quatro mil, novecentos e sessenta e dois) associados, conforme cópias autênticas das listas de presença que passam a fazer parte integrante desta ata e observando o quorum legal foram designados 10 (dez) cooperados para assiná-la, em virtude da impossibilidade de se colher neste instrumento a assinatura de todos os presentes. Esta ata foi produzida por meio eletrônico.

Içara, SC, 24 (vinte e quatro) de março de 2.012.

---

**Pedro Deonizio Gabriel**  
Presidente

---

**Severiano Antônio Valentim**  
Secretário

## **PARTICIPAÇÕES**

### **Direção Geral e Produção**

Daniel Vieira - Contador

### **Supervisão**

Tarcisio Lima – Gerente Administrativo

### **Colaboração**

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Rafael Bacis - Departamento Comercial

Valdirene Teixeira Cardoso – Departamento Financeiro

Cláudia Rosane Ronualdo Alexandrino - Departamento de Segurança do Trabalho

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos

### **Auditoria**

Müller Auditores Independentes S.S.

### **Roteiro Editorial e Conteúdo**

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Ofício circular nº4.991/2011 de 29/12/2011 SFF/ANEEL.

Estatuto Social da Cooperaliança.

### **Agradecimentos**

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software